



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO DE
PRIVADOS DE LIBERDADE**

PRISCILA KLEIN DA SILVA

**Adolescentes em Conflito com a Lei e o processo de acolhida nas
escolas: desvelando preconceitos, (re) construindo possibilidades**

**Porto Alegre
2012**

PRISCILA KLEIN DA SILVA

Adolescentes em Conflito com a Lei e o processo de acolhida nas escolas: desvelando preconceitos, (re) construindo possibilidades

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Educação de Jovens e Adultos e Educação de Privados de Liberdade pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACED/UFRGS.

Orientadora:
Profa. Dra. Míriam Pereira Lemos

Porto Alegre
2012

RESUMO

O presente trabalho possui o objetivo de analisar o processo de acolhida nas escolas da rede pública aos jovens que se encontram inseridos no Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativos (POD). Utilizou-se de metodologia qualitativa, através de observação participante, entrevistas semiestruturadas e abertas, bem como aplicação de questionários. Os cenários desta pesquisa foram o POD, executado pela instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio, além da apreciação do Projeto de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA), uma iniciativa que, desde 2000, foi implementada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA). A ideia é discorrer sobre a temática do acolhimento, possibilitando o desvelamento de alguns preconceitos impostos, assim como refletir sobre alternativas de bem receber o jovem no espaço escolar.

Palavras-chave: Jovens – Ato Infracional – Educação – Acolhimento

SUMÁRIO

1 INICIANDO A CAMINHADA	5
2 JOVENS E A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL	7
3 CONTEXTUALIZANDO: DOS LUGARES DE ONDE FALO	11
3.1 Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo (POD)	13
3.1.1 Números, números, números: O que é, o que são, o que dizem sobre você! – alguns dados quantitativos do POD	16
3.2 Um exemplo de Acolhida: Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento – SAIA	20
4 A ESCOLA E O PROCESSO DE ACOLHIDA: UMA INTERVENÇÃO (IM) POSSÍVEL?	23
5 POSSIBILITANDO REFLEXÕES	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	35

1 INICIANDO A CAMINHADA

O presente trabalho, intitulado como *Adolescentes em conflito com a Lei e o processo de acolhida nas escolas: desvelando preconceitos, (re) construindo possibilidades*, tem como objetivo principal analisar o processo de acolhida nas escolas da rede pública aos jovens que se encontram inseridos no Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo (POD), destinados a adolescentes e jovens-adultos egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), realizado pela instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio em convênio com a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos.

Neste sentido, buscou-se verificar se o fato de os adolescentes estarem em conflito com a Lei e serem encaminhados pela FASE ou equipe que os acompanha no POD influenciaria na “aceitação” destes pela comunidade escolar, desde a solicitação da matrícula, até sua inclusão na sala de aula. Além disso, almeja-se refletir sobre este contexto, contribuindo através desta pesquisa, a fim de qualificar o atendimento a este público.

Para tanto, este trabalho foi desenvolvido a partir da seguinte questão: como se constitui nas escolas da rede pública a acolhida de adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei quando são encaminhados pela FASE e/ou Programa de Oportunidades e Direitos?

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa é a qualitativa, com observação participante e entrevistas semiestruturadas e abertas. Teve como opção de campo a Instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio, especificamente no POD. Também foram realizadas entrevistas com professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que compõe o Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA), por se tratar de uma escola especializada no atendimento à situação de vulnerabilidade social desde 1995.

A motivação em realizar uma pesquisa nesta temática partiu de um interesse pessoal sobre questões que envolvessem adolescentes e jovens em conflito com a lei. Na verdade, por ter como campo profissional o Programa Ação Rua e lidar constantemente com meninos e meninas que, por diversos motivos, envolvem-se em atividade ilícitas, muitas vezes sendo internados na FASE e quando retornam às ruas, lhes são negados direitos básicos, sendo um deles a educação, pois além de estarem em conflito com a lei, também utilizam a rua como seu meio de

sobrevivência e/ou moradia, fatores ainda dificilmente aceitáveis para uma grande parcela da comunidade escolar.

Inicialmente, queria focar neste público para a realização da pesquisa. Aos poucos fui me dando conta, através das dificuldades que iam surgindo, que quando realizamos uma pesquisa temos também que perceber os nossos limites. Então, busquei uma instituição que atuasse em seu cotidiano com adolescentes e jovens adultos egressos da FASE e que estes pudessem ser os representantes de todos àqueles nos quais eu gostaria de me reportar ao longo deste trabalho. E deu certo.

Junto a isso outros questionamentos surgiram: como discorrer sobre a questão do acolhimento sem partir da queixa? Até porque, nos meios profissionais, as famosas “redes”, ela está tão presente que muitas vezes não enxergamos proposições, somente reclamações do que não dá certo, do que poderia ser diferente... Por isso, buscar uma escola tão renomada como a EPA e poder argumentar a partir de uma prática ocorrida neste espaço há mais de dez anos é partir não de queixumes e sim do que podemos fazer.

Para tanto, o trabalho foi subdividido em três capítulos. O primeiro identificado como Adolescência e a prática do ato infracional discorre sobre questões relacionadas a esta fase da vida tão complexa e muitas vezes mal interpretada. Também trata das relações de poder e do quanto a mídia atua negativamente diante disso. A intenção em abordar este assunto é refletirmos sobre que outros olhares são possíveis a esta juventude, principalmente nos espaços considerados de proteção.

O segundo capítulo aborda o contexto onde a pesquisa foi realizada. Nomeado de – Contextualizando: dos lugares de onde falo – tem como objetivo principal mostrar locais onde adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei realizam atividades, e porque não dizer, de forma positiva, onde reescrevem sua trajetória de vida.

O terceiro capítulo, e não menos importante, relata, na lógica da possibilidade, a importância da acolhida na escola, seus aspectos relevantes e consequências para todos os atores inseridos no contexto escolar.

Portanto, convido a todos para mergulharem, assim como eu, nesta temática que necessita de um maior diálogo, almejando que esta discussão possa tornar-se atitude de muitos de nós, durante e/ou após esta leitura.

2 JOVENS E A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL

A temática juventude e adolescência é muito ampla e complexa para ser tratada em profundidade neste breve trabalho. Entretanto, o que gostaria de ressaltar é a diferença do que é ser jovem e adolescente em determinados contextos.

“Não é objetivo percorrer todos os temas subjacentes à discussão desse momento da fase de vida. Tem sido recorrente a importância de se tomar a ideia de juventude em seu plural – juventudes – em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. No entanto, parte desta imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeitos [...]”. (SPOSITO & CARRANO, 2003, p. 2).

Sabemos que a adolescência por si só já é uma fase da vida complexa, devido a esta se manifestar em constante desenvolvimento, com vistas a acomodações para a adultez. Quando falamos em adolescentes que cometeram ato infracional, aos “olhos” de muitos, estamos discorrendo sobre um “monstro, alguém muito perigoso” que precisa estar longe do convívio social.

Todavia, um adolescente em conflito com a lei possui as mesmas características que os demais, os mesmos anseios, necessidades e vulnerabilidades.

O que pode diferenciá-los é a maneira como, perante a nossa sociedade, estes jovens reagem para obter aquilo que desejam tanto. Assim, SARAIVA (2002, p. 7) se reporta a duas adolescências: “a dos que podem adolecer e a dos que não podem”.

Ainda salienta que:

“Ocorre que a adolescência, como etapa de desenvolvimento físico e psíquico, é adolescência para todos, dos bairros mais nobres à periferia, submetidos às mesmas aflições próprias desta época, alcançados todos pelos mesmos apelos de mídia, todos destilando hormônios, todos desejantes, todos fascinados pelo mesmo tênis importado”. (idem, p. 7).

Isso gera uma grande sobreposição do TER sobre o SER, tão alimentado por nossa sociedade. O fator consumo torna-se mais importante que as relações como a amizade, ou estão condicionadas uma a outra.

O adolescente e/ou jovem adulto em conflito com a lei, na maioria das vezes, comete o ato infracional pelas questões citadas acima, não importando classe social e raça, ainda que prevaleça àqueles oriundos das classes mais empobrecidas.

“[...] a diferença, eu costumo dizer pra eles que eles internalizam muito isso né, da FASE, eles usam muito isso, o fato de eles já terem passado pela FASE por uma coisa maravilhosa, eles se acham né? Eles adoram dizer isso na escola, e é uma coisa que eles têm muito, eles dizem: ah porque eu sou o cara, eu conheço tal traficante, a tal boca...eu matei, eu já roubei, eles acham o máximo né, alguns não fazem isso, mas a maioria faz isso, acham que o fato de terem passado pela FASE vai engrandecê-lo na verdade, e isso é uma coisa muito complicada porque pra tirar isso deles, isso é deles né? E ao mesmo tempo tu tem que trabalhar isso neles porque eles não podem ficar achando que isso é uma maravilha porque a FASE fez sim parte da vida deles, mas fez, não faz mais [...]”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012).

Neste contexto, além do que se refere ao consumo, materialismo, o TER propriamente dito, existem também as relações de poder, que estendem-se aos adolescentes de um modo geral e são expressados de diversas formas, algumas delas são a privação de liberdade, o ato infracional cometido, as relações, etc.

“Todo mundo me respeita, como sempre”. (Relato do adolescente B, 17 anos)

Esta frase demonstra o quanto o poder é importante para os adolescentes e o quanto ele pode confundir-se com o respeito. Este relato está expressando o retorno do adolescente à escola, após ser desligado da FASE. Atribui à privação de liberdade e aos atos infracionais cometidos como os desencadeadores do “respeito” que conquistou no espaço escolar.

“É que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade”. (FREIRE, 1987, p. 52)

Os serviços têm de dar-se conta que as características apresentadas acima influenciam no quesito aprendizagem dos adolescentes e jovens adultos, o que pode justificar evasões dos espaços protetivos, baixo rendimento, dificuldades em razão

de disciplina. Isto porque são eles que devem moldar-se aos espaços de proteção e não o contrário.

“[...] o nosso público é muito dinâmico, muito rotativo, eu te diria, então fica difícil de estabelecer um trabalho muito redondinho assim né, porque na verdade a gente tem perfis de jovens bem diferentes [...]”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012).

É um equívoco estabelecermos um modelo padrão onde o jovem deva se adaptar, até porque como citado acima, existem perfis diferentes de adolescente e jovens adultos. Todavia, é imprescindível a realização de um planejamento baseado também nos desejos destes. O que devemos estar cientes é que planejar não significa colocar um ponto final, mas sim obtermos segurança nas nossas ações, sempre esperando contribuições que poderão surgir de múltiplas formas.

“E assim tu acaba percebendo algumas coisas, tem meninos que pra não irem para o pó, cocaína ou pro crack, eles acabam aliviando a tensão na maconha. Mas a gente também trabalha com eles, tem que saber quem é que manda em ti né, no momento que a maconha toma conta de ti ela não é mais uma “maconhinha” tranquila [...] não adianta a gente ficar com uma filosofia da droga, que a droga faz mal, porque pra eles isso não tem sentido. A gente tenta trabalhar nesse contexto, não incentiva em nenhum momento o uso né, não é o nosso papel, de maneira nenhuma, mas a gente trabalha com a realidade desse jovem [...]”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

Realidade esta que propicia, em determinados momentos, mudanças de paradigmas, atitudes corajosas frente a uma sociedade ainda conservadora e preconceituosa, que não leva em consideração as potencialidades e os limites do ser humano. A Redução de Danos¹ é um destes paradigmas, que há poucos anos vem sendo aceita como um dos tratamentos para o uso abusivo de drogas, enquanto serviço público.

“A expressiva quantidade de usuários de drogas entre os adolescentes internos indica não apenas a necessidade de dotar as instituições de programas de tratamento aos usuários de drogas, como também a de implementar programas nas comunidades com o objetivo de evitar a perversa relação entre droga e violência”. (SILVA; GUERESI, 2003, p. 20).

¹ Redução de Danos (RD) constitui uma estratégia de abordagem dos problemas com as drogas que não parte do princípio de que deve haver imediata e obrigatória extinção do uso de drogas, seja no âmbito da sociedade, seja no caso de cada indivíduo, mas que formula práticas que diminuem os danos para os usuários de drogas e para os grupos sociais com que convivem. (CRUZ, p. 273).

Se o tratamento a dependentes químicos infanto-juvenis tenha que ocorrer nas comunidades onde os mesmos residem, como pensarmos a internação em clínicas de desintoxicação e/ou comunidades terapêuticas como fator primordial deste processo?

Inverteu-se a ordem dos investimentos. E a consequência disso é a não qualificação, e/ou inexistência de atendimentos ambulatoriais para receber dependentes químicos, principalmente quando falamos de crianças e adolescentes. Impor o não uso de drogas pode não dar certo nesta faixa-etária, assim como em outras. Afastá-los do convívio familiar e comunitário, muito menos. Até porque, quando retornam, a realidade é a mesma. O contexto sócio familiar e afetivo não mudou, não foi acompanhado enquanto este jovem estava fora.

Tomar consciência do meio onde esta criança, adolescente e jovem adulto está inserido, conhecer a história de vida destes é traçar um horizonte, mesmo que inicialmente não seja este o mais belo, mas o mais possível de se alcançar.

“[...] mas a gente também se coloca na realidade deles, de que eles vivem numa comunidade que é assim, e a vida deles é essa, o meio deles é esse, e eles vão ter que lidar com isso, porque mudar dali é difícil, dificilmente eles vão conseguir, ou por uma questão de vida, se manter ali por uma questão de segurança, porque se eles saem dali eles são mortos ou eles não têm condições de sair da vila, não tem condições de sair de onde moram”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012).

E assim, mergulhada em uma sensação de empatia, apresento um pouco de onde estes meninos/homens estão, um pouco de como são vistos, como se veem, da forma que chegam, são recebidos, permanecem ou saem dos espaços...e do quanto ainda podemos fazer para tudo isso sempre se aperfeiçoar!

2 CONTEXTUALIZANDO: DOS LUGARES DE ONDE FALO

Quando pensei em fazer esta pesquisa, buscava refletir quais os locais que teriam inseridas em sua proposta de trabalho esta proximidade com o jovem que está em conflito com a lei, pois o objetivo desta, além de entender como ocorre a acolhida destes na escola, também é percebê-la nos espaços em que o mesmo está inserido para além da educação dita formal.

“As dimensões – escolar e não-escolar – precisam ser analisadas não como duas unidades estanques, como é praxe na reflexão sobre jovens: ora é discutida a escola, ora são analisados os programas educativos; ora discute-se a educação escolar, ora é examinada a educação considerada, classicamente, como a educação não-formal, muitas vezes em oposição ao sistema escolar. Busco, assim, por meio da interação no plano analítico dessas duas esferas, a proposta de temas que demandam posterior aprofundamento e novas investigações”. (SPOSITO, 2008, p. 84)

Neste sentido, fui ao encontro do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativos – o POD, executado pela Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio. Lá, realizei entrevistas semiestruturadas² com a pedagoga da equipe e mais quatro jovens com idade entre 17 e 20 anos, além de aplicação de questionário aos demais técnicos que compõem a equipe.

Almejava compreender como este Programa avalia o processo de acolhimento do jovem egresso da FASE pela escola, bem como o estabelecimento do trabalho em rede, partindo da lógica da intersectorialidade, que para Junqueira e Inojosa (1997) tem o seguinte significado:

“Articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social”. (p. 24)

Partindo desta lógica, intersectorialidade ocorre quando há horizontalidade das relações políticas, gerenciais e técnicas em prol de um objetivo comum. É um

²Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 2007, p. 146).

grande desafio pensar uma atuação intersetorial, principalmente quando estamos tratando de um público que é egresso da FASE, um serviço de âmbito Estadual, que realiza atividade em um Programa que é executado por uma Organização da Sociedade Civil e está inserido em uma Escola da Rede Municipal de Ensino.

“A intersetorialidade ainda pode ser entendida como a convergência de esforços de diversos setores governamentais e não governamentais na produção de políticas públicas integrais e integradas que respondam às necessidades da sociedade de forma completa”. (Fernandez & Mendes apud CUNILL GRAU, 2005, p. 2)

Porém, na prática ainda existem resistências em relação a esta forma de atuação, que em alguns momentos confundem-se com ações isoladas de um setor em outro, muitas vezes não havendo sequer integração entre diferentes entes governamentais.

Além da perspectiva dos técnicos sobre estes aspectos, os jovens que participaram desta pesquisa contribuíram com suas preciosas falas acerca de como são recebidos pela escola e demais espaços de proteção. Falas estas de extrema importância, de meninos/homens com muito a ensinar e também muito a aprender.

“É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (FREIRE, 1996, p. 23)

Por esta razão, as experiências de vida dos jovens entrevistados e todos os demais que estes, em suas falas representaram, devem sim ser levadas em consideração nos espaços protetivos onde os mesmos estão inseridos, salientando neste momento o espaço escolar. Mesmo quando algumas de suas práticas não são socialmente “corretas”, são fundamentais de serem compreendidas para dar sentido as aprendizagens. Freire (1996, p. 30) já nos elucida sobre a importância de “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”, aproveitando estas experiências para tratar de temáticas “da realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina” (idem, p. 30).

A fim de dar mais profundidade a esta pesquisa, na lógica da possibilidade, foi realizada uma entrevista com educadores da Escola Municipal de Ensino

Fundamental Porto Alegre (EPA), na perspectiva de conhecer o trabalho de acolhimento desenvolvido na escola desde antes de sua criação, quando o grupo de educadores já fazia o trabalho de Educação Social de Rua e, mais especificamente, a partir da sistematização de um serviço especializado no acolhimento e acompanhamento dos estudantes que, por seus resultados positivos estende-se até os dias de hoje.

Posso afirmar que pelo simples fato de ser bem recebida em ambos os espaços e por todos os atores envolvidos neste processo, o quanto o acolhimento é indispensável para impulsionarmos e encorajarmos a permanecer, retornar... ultrapassar dificuldades.

2.1 Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo (POD)

O Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativos (POD) é a nova nomenclatura para o antigo RS Socioeducativo, de cunho estadual e gerenciada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado, sendo instituído através do Projeto de Lei nº 295/2008 e implementado em 2009 em instituições da sociedade civil, através de parceria público/privado (convênio).

A pesquisa abordará a formatação do programa, bem como suas peculiaridades, partindo das falas dos técnicos que atuam no POD da Instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio, visto a completude dos relatos acerca dos aspectos metodológicos do mesmo.

“O foco do programa é trabalhar com os egressos da FASE, proporcionando a eles a reinserção na sociedade né, então reinserir na sociedade significa reinserir na escola, reinserir no trabalho, este é nosso principal objetivo. [...] os dois objetivos principais além da reinserção na sociedade é a não reincidência, é fazer com que este jovem busque outras alternativas de renda enfim, que possa se inserir no mundo do trabalho, justamente para que ele não caia na FASE de novo. Esses são os principais objetivos do programa”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

Este programa foi pensado devido ao alto índice de reincidência dos adolescentes e jovens que saíam da FASE e que muitas vezes não obtinham continuidade do acompanhamento. Por esta razão e porque não dizer pelas lacunas que as iniciativas governamentais deixam em relação ao adolescente e jovem em

conflito com a lei, buscou-se através da parceria público-privado, minimizar estes números que assombravam a tantos.

Para tanto, existe uma metodologia de trabalho que é desenvolvida da seguinte forma:

“O primeiro passo é ainda dentro da FASE, então a gente tem 12 oficinas de sensibilização, que hoje são chamadas de **conhecendo o POD** [...] Então a gente vai nas oficinas de sensibilização, então a gente vai na FASE, em cada casa da FASE, que são 4: POA 1, POA 2, CASEF e CSE, dentro dessas casas a gente tem alas, e a gente vai em cada ala, por isso que são 12 oficinas, porque é uma oficina em cada ala, de cada casa.[...] qual é o objetivo delas? A gente leva, apresenta o programa pra dez jovens em cada ala, é uma oficina por dia, no máximo duas oficinas por dia. Então a gente faz assim uma apresentação de no máximo vinte minutos porque eles não ficam muito tempo ali, porque estão cansados enfim, então a gente faz o mínimo possível, a gente apresenta o programa, fala como funciona, o que a gente oferece, fala do programa em geral e depois faz uma dinâmica com eles a respeito do pós liberdade, da esperança, do sonho, enfim, [...] daí este jovem vai ter mais ou menos uma ideia do que tá aí por vir, porque daí a gente instiga uma curiosidade, porque a partir do momento que ele sai de lá, ele já sabe que tem um horizonte aí né, então o objetivo das oficinas é esse”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

O fato de as oficinas iniciarem dentro da FASE é muito relevante, na medida em que é possível pensar a respeito da participação nas atividades quando do desligamento, assim como iniciar um planejamento desta saída, que em muitos casos não ocorreria de outra forma.

Ao longo da pesquisa, pude verificar a tendência do programa em realizar práticas restaurativas³, ou seja, procurar através do diálogo estabelecer vínculo com o jovem em conflito com a lei e através dele possibilitar o reconhecimento do ato cometido, suas consequências para a vítima, comunidade e sociedade em geral, onde além do indivíduo, todos os atores envolvidos terão responsabilidades perante a busca deste jovem⁴ por novos sentidos, inclusive para a educação escolar que os

³ Compreende-se por Justiça Restaurativa todo o programa que se vale “dos processos restaurativos para atingir resultados restaurativos” (ONU, 2002).

⁴ É só quando o conflito chama os envolvidos à sua interpretação, fazendo-os abrir-se para esse espaço intersticial, em que a sua compreensão depende de uma visão multifária, complementar e sempre incompleta, que propriamente não se terá uma mera substituição de um esquema de dominação por outro, mais sutil quiçá, mas um efetivo deslocamento a algo novo, a um novo paradigma de enfrentamento do conflito. Por mais distanciado que seja a relação entre os envolvidos no conflito, apenas quando cada um possa se ver implicado no dissenso, naquilo que se insere, que a vontade e aquiescência de cada envolvido a participar do encontro se revela como disposição de considerar as razões do outro e de reconhecimento de sua prévia responsabilidade para com o outro. (MELO, 2006, p. 648).

impulsione a buscar projetos construtivos e constitutivos de futuro, fora do ato infracional.

“Aí depois desse processo a gente [...] faz o círculo de compromisso. O que é o círculo de compromisso? É o momento que o jovem está com audiência marcada, ou que está pra marcar, ou já teve audiência ou vai marcar audiência, quem vai ao pré-círculo de compromisso, que é sempre um técnico de cada instituição, o técnico da FASE, que acompanha este jovem lá na FASE né, alguém da família deste jovem, normalmente o responsável, pai, mãe, tio, tia, normalmente com que ele vai morar após sair da FASE e quando ele tem uma suspeita de progressão de medida, significa liberdade assistida que é o LA ou PSC que é prestação de serviço comunitário, vai alguém do CREAS que é quem responde por isso né, quem faz toda a questão do judiciário, a continuação da medida após ele sair da FASE [...] Esse círculo de compromisso é bem o nome assim, tem alguém que coordena o círculo, num primeiro momento se fala do sentimento do jovem, do ato infracional dele, tudo é opcional, nada é obrigatório, se o jovem não quiser falar ele não fala, tudo é muito aberto, e no final Calábria e Pão dos Pobres falam sobre o programa especificamente e aí se fecha o compromisso, ou ele faz o programa, [...] ou ele não quer o programa, porque ele não é uma obrigação [...]”.(Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

E justamente por não se tratar de uma obrigação a participação nestas atividades que se dá o caráter restaurativo e não pura e simplesmente punitivo que anteriormente era determinante na FASE e com muitos serviços que atuavam nos cumprimentos de medidas socioeducativas em meio aberto. Na medida em que este adolescente/jovem adulto aceita participar do programa, se estabelece um compromisso onde ele e toda a rede envolvida terão de dar conta das responsabilidades que se propuseram. A diferença deste modelo restaurativo para o punitivo consiste no livre arbítrio para tomar algumas decisões e na influência da história de vida do infrator com a prática do ato infracional, entre outras.

“[...] se ele fizer parte do programa [...] a gente já marca a entrevista de acolhida, que é o terceiro passo, que é o momento que o jovem vem com a sua família aqui, independente de ser maior de idade ou não, ele vem com um responsável e a gente fala da instituição, a gente apresenta a instituição, a gente apresenta o nosso cronograma de atividades, a gente fala que tipo de atendimento a gente faz e vê qual é a necessidade deste jovem [...] alguns jovens por uma característica mais agressiva, por uso de medicação a gente permanece com ele no programa somente em atendimento psicossocial, ele vem com a técnica dele, que é a psicóloga e a assistente social responsável por ele naquele momento já é definido na acolhida quem é, a gente trabalha em dupla [...] caso contrário ele fica para as oficinas socioeducativas que acontecem aqui durante o dia [...] as nossa atividade na verdade ocorrem das nove e meia as onze e meia pela manhã, e da uma e meia as três e meia a tarde, então é isso eles ganham almoço e ganham o lanche, mais as

passagens e o auxílio financeiro de 220 reais [...]”.(Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

O atendimento individual aos adolescentes/jovens adultos egressos da FASE e que realizam das atividades do POD é um dos passos mais importantes do programa. Ele possibilita conhecer melhor o jovem, seus responsáveis e possibilita a realização do Plano Individual de Atendimento, popularmente conhecido como PIA, que é um dos instrumentos que o programa utiliza e onde está organizado todo o planejamento para este jovem, durante os doze meses em que ele participará do programa. Relevante salientar que o PIA poderá ser alterado em qualquer etapa do atendimento, conforme as necessidades apresentadas e nele constará também todas as atividades de ressocialização que o jovem será inserido, devendo ser revisto periodicamente pela equipe técnica, o jovem e seus responsáveis.

Este processo facilitará a inserção destes jovens em atividades que sejam de seu interesse, reduzindo os índices de desistência em cursos, oficinas, etc. Conhecer o adolescente/jovem adulto, suas peculiaridades, necessidades, diferenças, formas de expressão é fator essencial para compreender a natureza de algumas situações por ele apresentadas e atuar de forma eficaz para, se necessário, superá-las.

2.2.1 Números, números, números: O que é, o que são, o que dizem sobre você! – Alguns dados quantitativos do POD

O POD Socioeducativo atende um número de 59 adolescentes e jovens adultos. A faixa etária predominante compreende as idades de 18 e 19 anos, destacando-se entre estes o sexo masculino, já que do número total, apenas três indivíduos do sexo feminino estão inseridos⁵.

“O mundo das internações é predominantemente masculino. [...] mais de 90% dos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade no Brasil são do sexo masculino; as meninas internas representam apenas 6% do universo. Em números absolutos, isso significa que, nos meses de setembro e outubro de 2002, para cada 100 meninos internos existiam apenas 6 meninas nas mesmas condições”. (SILVA; GUERESI, 2003, p. 20).

⁵ Das três adolescentes/jovens adultas, nenhuma estava frequente ao POD quando da entrevista, o que justifica a realização de entrevistas somente com o público masculino atendido pelo programa.

Quanto à reincidência, do total de 59 inseridos no POD, 2,36% dos adolescentes e jovens adultos reincidiram no ano de 2012, um número menor que nos anos anteriores, conforme relatos da equipe que atua no programa.

“Nesse ano a gente teve pouca reincidência, a gente teve aí uns 4 casos, 5 casos de reincidência [...]”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

Entre os atos infracionais mais frequentes, destacam-se o tráfico de drogas, furto, furto à mão armada e homicídio.

“Entre os principais delitos praticados pelos adolescentes privados de liberdade estão o roubo (29,6%); o homicídio (18,6%); o furto (14,0%); o tráfico de drogas (8,7%); o latrocínio (5,8%); o estupro/atentado violento ao pudor (3,7%); e a lesão corporal (3,3%)”. (SILVA; GUERESI, 2003, p. 27).

Importante destacar que o tráfico de drogas, considerado o ato infracional mais praticado pelos jovens inseridos no POD, encontra-se em terceiro lugar no Brasil. Isto remete a alguns questionamentos: como se dá a relação de tráfico/consumo de drogas no Rio Grande do Sul? Que papel crianças, adolescentes e jovens adultos estão desempenhando na sociedade do tráfico?

São questões importantes para refletirmos sobre o potencial que estes meninos/homens possuem e que estão sendo utilizados por quem se deu conta disso. Além de já terem percebido que a relação de poder nesta faixa-etária é atrativa, outras questões como afetividade também são fatores que atraem o público infanto-juvenil no jogo do tráfico de drogas (ZALUAR, 1994). Relações estas, que nem sempre são percebidas pelos agentes da proteção.

“As expressões juvenis estão voltadas para a coesão de seus grupos de referência – aquilo que chamamos por vezes de referências tribais – códigos, emblemas, valores e representações que dão sentido ao pertencimento a grupos. A relação dos jovens com seus grupos de referência provoca choques com os valores das instituições (especialmente a escola e a família). O mercado tem conseguido ser muito mais hábil em perceber estes sinais para dialogar lucrativamente com as culturas juvenis e gerar espaços de pertencimento. As escolas por sua vez...” (CARRANO, 2007, p. 7)

Se levássemos em consideração as potencialidades dos jovens enquanto estão na escola e traçássemos estratégias de permanência destes no espaço escolar, certamente teríamos resultados positivos.

Neste sentido, pensar uma educação conservadora é um grande equívoco, pois se analisássemos sob esta ótica, o aluno que vai esporadicamente à aula seria reprovado.

No que se refere a inserção e frequência escolar, a Pedagoga do POD (entrevista realizada em 21/06/2012) relata que:

“[...] a situação dos guris hoje, que é um orgulho assim pra mim, os guris que estão hoje na escola, os 50 guris que estão hoje no colégio esse ano, estão frequentes, ou frequentes irregulares⁶ [...]”.

Ainda refere que:

“A maioria é frequente, eu te diria que de 50, 45 são frequentes, de ir todo o dia na escola, o que é um grande avanço, e desses frequentes, quase todos estão indo muito bem e a gente tem uns 5, 6 aí que são frequentes irregulares, que chegam muito atrasados, ou que vão duas, três vezes ao colégio, numa semana vão toda, na outra semana vão dois dias enfim [...]”.

Dos 50 frequentes, a maioria não retornou para a mesma escola que estudava antes de ser internado na FASE. Dentre os motivos, destaco mudança de endereço, risco de vida e preconceito na escola. Somente 5 adolescente/jovens adultos retornaram para escola onde já estavam matriculados.

Dos motivos citados acima, grifo o preconceito na escola como o mais cruel ao aluno, visto a perversidade de um espaço que deveria ser de proteção integral e que possui, em determinadas vezes, papel excludente, não respeitando o direito de todos a educação. Infelizmente nos deparamos com uma realidade que aponta (não em contingentes numéricos, mas baseados nas falas dos entrevistados) que não é irrisório o número de escolas que não aceitam o retorno ou a matrícula de um aluno devido ao mesmo ser egresso da FASE.

Desta forma, urge a retomada deste assunto, que neste momento tem como público central adolescentes e jovens adultos egressos da FASE, mas que se estende a todos os que não são aceitos nos espaços escolares devido a diversos tipos de preconceitos vindo daqueles que deveriam lutar pelo contrário.

“Mas os/as professores/as constituem a linha de frente das escolas. Se a exclusão é realizada pelas escolas, ela, certamente, ocorre, em boa parte, através daquilo que os/as professores/as fazem. Podemos não querer culpar os/as professores/as, mas não podemos ignorá-los/as. A educação como empreendimento cultural constitui-se em e através de seu trabalho. Esse trabalho é a arena onde se condensam

⁶ A Técnica diz que utiliza as nomenclaturas frequentes e frequentes irregulares para distinguir, respectivamente, aqueles que vão todos os dias na escola, daqueles que vão esporadicamente.

as grandes contradições em torno da educação e da justiça social". (GENTILI, 1995, p. 29).

Sabemos que muitas vezes, educadores se tornam mais vítimas que violadores, visto que o sistema no qual estamos inseridos provoca certos comportamentos padrões e automatizados. Além disso, a fragilidade de interlocução das instituições escolares com a rede socioassistencial provoca um certo isolamento, como se a escola não pudesse contar com mais nenhum outro serviço para auxiliá-la em determinadas situações. A ausência de um trabalho intersetorial, já citado anteriormente, causa a sensação de trabalho isolado, individualizado. Todavia, é comum a mesma família/indivíduo ser acompanhada em múltiplos espaços, sem haver conexão entre eles.

Porém, não podemos esquecer que de alguma forma estes profissionais quiseram estar na sala de aula, buscaram qualificação para isso, por mais precária que esta seja. Isso quer dizer que possuem o compromisso de garantir direitos, não só o de educação, mas tantos outros como respeito e zelo pela dignidade. Quando o educando não é acolhido no espaço escolar, independente de sua situação, tudo aquilo que o educador se propôs (ou não) quando desejou ser professor, acaba junto com sua atitude preconceituosa e seletiva.

Salientamos também a questão da qualidade do ensino, relacionando-a com a baixa escolaridade dos adolescentes e jovens adultos inseridos no POD, 5ª série, realidade esta que encontramos em nível nacional, já que 49,7% dos adolescentes privados de liberdade no Brasil cursam da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003.

"Não se pode compreender esse processo a partir da ideia da "perda de qualidade", porque essa expressão supõe que a escola foi boa um dia para todos, incluindo os mais pobres. Para a população que recentemente conseguiu o acesso à escola, não há termos de comparação em relação a um passado em que esse direito não existia. Como poderia ter sido melhor uma instituição inexistente? É tarefa destinada ao fracasso comparar períodos históricos que marcam públicos usuários diversos do sistema público de ensino, com possibilidades de acesso extremamente desiguais". (SPOSITO, 2008, p. 85).

A relação existente entre a qualidade do ensino e o nível de escolaridade se dá na medida que além da baixa escolaridade apresentada pelos adolescentes e jovens adultos que realizam atividades no POD e em todo o Brasil, muitos deles,

mesmo cursando a 5ª série do ensino fundamental, mal sabem ler, escrever, quiçá interpretar um texto.

[...] e a nossa média de escolaridade aqui é quinta série, e assim aquela quinta série né, de baixíssima qualidade, tem meninos que não estão alfabetizados e que estão na quinta série, tem meninos que não conseguem escrever uma frase inteira, então estar na quinta série não significa que ele realmente esteja na quinta série [...]. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012).

Todos os dados citados acima, bem como suas respectivas análises possuem o propósito de fazer-nos (re) pensar: eles se expressam individualmente? Em quais momentos eles se entrecruzam? Como lidar com isso?

Quando formulo estes questionamentos, reflito sobre a urgência de lançar estas perguntas para que possamos de fato buscar respostas e alternativas, que provavelmente surgirão quando nos dermos conta que sim, existe ligação entre um dado e outro, pois todas as situações apresentadas acima como a baixa escolaridade, frequência escolar, ato infracional praticado, índice de reincidência, entre outros podem estar relacionados a um único jovem e neste sentido não devem ser analisados de forma desconexa, mesmo se tratando de políticas públicas distintas, estas devem comunicar-se.

Por fim, reforço a necessidade de aceitarmos o adolescente e/ou jovem adulto em sua amplitude, compreendendo que estes não deixarão algumas características para fora dos muros da escola, levando consigo somente o que diz respeito a educação. Eles levarão todas as necessidades, anseios e desejos, e nós, educadores, que também levamos para o espaço escolar o nosso contexto, teremos de acolhê-los assim, como um ser total.

2.2 Um exemplo de acolhida: Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento – SAIA

O Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento é um serviço executado desde 2000 pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que possui uma notória atuação em Educação de Jovens e Adultos (EJA) com o público que se encontra em situação de rua/vulnerabilidade social em Porto Alegre e pertence a rede municipal de ensino.

“A EPA é uma escola que tem como proposta político pedagógica acolher, incluir, acompanhar, ensinar e propiciar a seus estudantes

que pensem e projetem Projetos de Vida. Os adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei têm este mesmo olhar por parte da escola. A EPA se propõe a ajudá-los a se organizarem tanto em relação as aprendizagens escolares quanto a outras dimensões de suas vidas. [...] A proposta da EPA com seu Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento com certeza é um diferencial para que estes adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei se integrem, interajam e permaneçam na escola. Os adolescentes e jovens adultos percebem que são olhados como sujeitos de direitos mesmo com a rebeldia típica desta idade”. (Questionário Educadora EPA)

Desta forma, o objetivo de conhecer este projeto que ocorre há tantos anos nesta escola é possibilitar a discussão a cerca do acolhimento na escola de maneira positiva, ou seja, através de um exemplo mensurável e não apenas utilizando de críticas pelo que não ocorre. A ideia é partir do exemplo e debater sobre as “boas” consequências destas ações para todos os segmentos escolares, entre outros.

“O Serviço de Acolhimento e Acompanhamento / SAIA acolhe o estudante quando retorna à escola e quando ele busca à escola pela primeira vez. O acolhimento inicial (quando ingressa na escola): o SAIA mostra a escola, fala de seu funcionamento e após faz uma entrevista para tomar conhecimento de sua história oral, institucional e familiar (as duas últimas busca mais informações junto a rede de proteção e outras) e após faz uma investigação cognitiva para averiguar em qual totalidade será inserido. Ao ser inserido na Totalidade de Conhecimento o acolhimento continua na sala de aula e em todos os outros espaços e tempos escolares. Trabalhamos também com o conceito de Acolhimento Diferenciado: quando o estudante está com dificuldade de permanecer em sala de aula é acolhido em outros espaços. Os estudantes procuram o SAIA para conversar sobre suas dificuldades e conquistas diariamente. Todos os estudantes têm uma pasta (dossiê) onde são registradas as conversas e todos os **acompanhamentos** realizados em relação a (saúde, documentação, cursos, institucional, familiar, escolar, etc). Suas histórias de Vida são base para os professores pensarem os planejamentos de sala de aula, assim como as FALAS que trazem cotidianamente. Em síntese, o acolhimento se dá através de relações dialógicas permeadas por afeto, respeito e conscientização para vida. Este conceito de Acolhimento deve permear todos os tempos e espaços escolares”. (Questionário Educadora EPA).

Com isso, podemos ter uma noção de como o ato de bem receber é fundamental no ambiente escolar, para todos os que nele estão inseridos e da importância que esta atitude possa vir a transformar-se em metodologia de acolhimento. Conhecer as histórias de vidas dos educandos também proporciona um direcionamento do planejamento, de forma que vá ao encontro das perspectivas do aluno e promove um maior entendimento por parte do educador sobre determinadas posturas que possam vir a ocorrer ao longo da atividade escolar.

“Aprender a trabalhar com as experiências prévias dos jovens alunos, aliás, que estes sejam entendidos como sujeitos culturais e portadores de biografias originais e não apenas alunos de uma dada instituição. O mito da intencionalidade pedagógica como a viga mestra da educação não permite a emergência dos acasos significativos, das surpresas reveladoras, da escuta do outro e nem permite que alunos e professores corram o risco da experimentação”. (CARRANO, 2007, p. 10)

Refletir sobre o concreto torna o argumento mais real, mais prático, ou seja, utilizável no contexto escolar. Daí a necessidade de partir de algo que acontece, justificando com fundamentos teóricos, para através desta troca mostrar que esta proposta pode materializar-se em outros ambientes de educação.

3 A ESCOLA E O PROCESSO DE ACOLHIDA: UMA INTERVENÇÃO (IM) POSSÍVEL?

Quando já encerrava a entrevista com a Pedagoga do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo, por alguns minutos ainda permaneci na sala da equipe, conversando sobre outros temas e observando alguns detalhes que sempre são importantes em uma pesquisa. Então, adentra a sala um jovem, solicitando o comprovante que realizava atividades ali, a fim de levar até a escola onde estudava. O coordenador do Programa, por sua vez, entrega este ao jovem, que agradece e sai da sala. Minutos depois, alguém bate na porta: é o mesmo jovem, contrariado por constar naquele documento sua passagem pela FASE. Diz que se a escola souber disso, ele será expulso!

Todos naquela sala pareceram saber do que o jovem estava dizendo, do receio em abrir tanto assim alguns fatos de sua vida à escola. O documento é feito, nele constando apenas que o mesmo realiza atividades no Pão dos Pobres, porque falar em POD também é falar em FASE.

“Existe muito preconceito das escolas e comunidade para aceita-los. A discriminação é tão forte, que na realização da matrícula, o jovem não fala que passou pela FASE, fala que é aluno do Pão dos Pobres”.
(Questionário aplicado a equipe técnica do POD).

Por razões como esta, que infelizmente presenciei, é que procuro colocar em debate este tema tão relevante: o acolhimento nas escolas. Acolhimento este que deve acontecer antes mesmo da inserção escolar, quando o aluno, independente da bagagem que traz consigo, é aceito sem pré-julgamentos, pré-conceitos. Quando esta bagagem servir para construções positivas no ambiente escolar e não para humilhar um pouco mais o educando, iniciaremos um processo diferente, com vistas ao sucesso.

Desde que se inicia no espaço escolar, seja na educação infantil ou já no primeiro ano do ensino fundamental é essencial a acolhida desse aluno, possibilitando a integração com os demais colegas e ambiente onde o mesmo está inserido, assim como com o educador que estará a frente da turma durante o ano letivo. Não recebê-lo bem pode acarretar prejuízos no desenvolvimento deste educando em sala de aula, quiçá em sua vida.

É importante ressaltar que o ato de bem receber deve estender-se a todos os segmentos da escola, bem como a todo o novo aluno e/ou nova turma, independente da história pregressa, rótulos e estigmas.

[...] todos os espaços aqui são de acolhimento, mas o refeitório é um lugar muito rico, onde todos [...] aquela coisa mesmo da família onde todos sentam, conversam. É um lugar muito rico pra gente conhecer mais um pouquinho da vida deles e até umas coisas que eles não falam assim né, ali saem muito espontaneamente, então pra nós assim é um lugar muito rico, até para pegar as falas, porque a gente trabalha a partir das falas. (Entrevista Educadora EPA, realizada em 29/06/2012)

Atuar na escola a partir de falas é fundamental para desenvolver atividades mais atrativas aos educandos, pois parte de seus relatos, sugestões, do que ele conhece para em seguida inserir conteúdos formais, tão importantes quanto os anteriores, mas que devem estar sempre juntos.

“Nesse sentido, o grupo de docentes salienta a importância de considerar *a história de vida e a intencionalidade dos sujeitos* ao procurarem a escolarização, ao pensar a organização metodológica da aula, os critérios para a seleção dos conteúdos do ensino e as atividades. Os professores apontam ainda que, ao definirem os conteúdos desenvolvidos na prática pedagógica [...] no processo de escolarização inicial procuram construir temáticas a partir da escuta dos alunos”. (LAFFIN, 2007, p. 103).

Quando a escola, no papel de seus educadores e funcionários em geral, desacredita que os fatores ligados ao meio, história de vida e interesses dos alunos nada tem a ver com o ambiente escolar, tão pouco possam ser aproveitadas enquanto aprendizado, qualquer possibilidade dos educandos verem a escola como um espaço de cumplicidade, torna-se excluída.

“Pra mim foi normal, ficou meio por debaixo dos panos, a escola não sabe”. (Entrevista Adolescente C, 18 anos)

Para os educandos, torna-se natural não revelar alguns fatos de sua vida no espaço escolar, percebem esta relação de “mistério” como algo habitual, sem maiores problemas.

Ao mesmo tempo, avaliam como negativo quando a escola sabe de algumas situações, no caso das entrevistas realizadas com os jovens egressos da FASE, a questão da privação de liberdade, já que alguns relatam serem tratados diferentes dos demais alunos, negativamente, possuindo mais restrições que os colegas.

“Tentam colocar mais regras que os outros não tinham, só pra mim”.

“Quando tem regra específica pra mim, eu não cumpro”.
 “Só eu não posso ir ao banheiro”.
 “Não é porque eu já fui preso, que vocês vão me discriminar”.
 (Entrevista Adolescente B, 17 anos)

Se ao contrário destas restrições, analisássemos as potencialidades que um jovem possui, como este que deu seu relato, e utilizá-las a favor da escola, sua liderança, perfil questionador, criticidade, mesmo que voltadas neste momento para aspectos não tão “aceitáveis”, seria contribuir para o desenvolvimento das características do jovem e, ao mesmo tempo, aproveitá-la no espaço escolar.

“A escola espera alunos e o que chega são sujeitos com múltiplas trajetórias e experiências de vivência do mundo. São jovens que, em sua maioria, estão aprisionados no espaço e no tempo – presos em seus bairros e incapacitados para produzirem projetos de futuro. Sujeitos que, por diferentes razões, têm pouca experiência de circulação pela cidade e se beneficiam pouco ou quase nada das poucas atividades e redes culturais públicas ofertadas em espaços centrais e mercantilizados das cidades”. (CARRANO, 2007, p. 10)

Por estas razões, é comum presenciarmos no espaço escolar situações de manifestações, reivindicações, muitas vezes utilizando de violência, depredação do espaço físico e ameaças, lideradas por adolescentes, isoladamente ou em grupos. Enquanto educadores nos questionamos: isto é comum? Aceitável? O que fazer? Nem sempre encontramos as melhores respostas para estas dúvidas.

Alguns equívocos na prática pedagógica no que se refere a adolescentes ocorre basicamente por questões que envolvem a estigmatização desta etapa da vida, baseadas em aspectos de senso comum, muitas vezes preconceituosos, que dificultam o manejo do educador com seus alunos. A intolerância a algumas características desta faixa-etária pode promover o afastamento do educador/educando, impossibilitando a relação ensino/aprendizagem.

“Os sujeitos, ao elegerem uma identidade colocam-se em conflito com outros que a contestam. E a solução dos conflitos está relacionada com os recursos disponíveis aos contendores. A capacidade de escuta e argumentação são dois recursos fundamentais que quando deixam de existir provocam situações de violência. É importante que os educadores percebam isso, pois, muitos dos conflitos mal resolvidos existentes entre os jovens entre si e entre estes e as instituições são provocados pelas dificuldades de tradução de sinais que não são decifrados adequadamente pelos sujeitos envolvidos. É nesta situação que se processa uma **crise de sentidos** entre jovens, instituições e sujeitos adultos. **As instituições parecem não perceber que não se pode educar ou negociar valores na ausência de uma linguagem em comum e de espaços democráticos onde os conflitos possam ser mediados**”. (CARRANO, 2007, p. 7)

Neste sentido, além do processo de aprendizado de conteúdos programáticos, devemos atentar para que outros aspectos a escola está formando o aluno adolescente e se este está permanecendo na escola “por obrigação”, por realmente acreditar na importância do espaço escolar ou se já a abandonou.

[...] a partir do momento que a escola em geral aceita um jovem sem nenhuma barreira, sem rotulo, sem preconceito, que é uma coisa muito difícil de acontecer assim, a gente o ser humano tem essa tendência do rotulo [...] ela vai para o segundo passo que é o mais importante que é trabalhar com esse jovem, saber trabalhar com ele, porque não adianta tu dar um quilo de matéria, porque hoje em dia a gente está com um outro tipo de criança e de adolescente e de jovem adulto. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

E o que seria *trabalhar* com este jovem? Para Laffin (2007, p. 107) significa uma certa flexibilidade nas questões que se referem a aspectos metodológicos e curriculares, em detrimento aos ritmos de aprendizagens e as diferenças em relação a apropriação do conhecimento. É contemplar todos esses jeitos, do individual para o coletivo, ou seja, numa prática escolar realizada em grupo deve conter os jeitos de cada um, as expectativas individuais sem perder a coletividade. Não é tarefa fácil!

“Eles mais me ajudaram do que ficaram assim...prejudicando”.

“As vezes quando tinha que sair mais cedo e mostrava o papel da FASE para a professora, daí ela me olhava tipo assustada, mas não falava nada”.

“Tenho certeza que não é a mesma situação em outras escolas.”

(Entrevista Jovem D, 20 anos)

O jovem que deu o relato acima, afirma que foi acolhido pela escola onde atualmente cursa o 3º ano do ensino médio. Antes da internação na FASE, ele já estudava neste local, uma escola de Educação de Jovens e Adultos privada. Na sua fala, refere que mesmo percebendo a surpresa no olhar dos professores quando apresentava o documento da FASE para justificar sua saída antecipada da aula, já que fora reinserido na escola enquanto cumpria a Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE)⁷, percebia o esforço dos mesmos para não transparecer em seus gestos algum ato de desrespeito para com ele. Porém, reconhece que isso não ocorre em todas as instituições de ensino.

⁷ Quando o adolescente e/ou jovem adulto encontra-se em privação de liberdade na FASE, mas pode realizar algumas atividades fora deste espaço como estudar, cursos profissionalizantes, visitas à família, entre outros. A ICPAE também é prevista judicialmente.

Fato este reforçado pela Pedagoga do POD (entrevista realizada em 21/06/2012), quando diz:

“[...] e a questão assim da aceitação das escolas ultimamente eu não tenho visto, não tenho ouvido muito estas coisas de reclamação, aí esse guri está insuportável, o ano passado a gente tinha muito disso sim, mas graças a deus a gente se desvinculou de algumas escolas em função de algumas posturas né [...]”.

Neste relato fica claro que as escolas que estavam apresentando dificuldades com os adolescentes e jovens egressos da FASE não repensaram a sua atitude, ao contrário, tiveram que ser desvinculadas do rol de escolas que o Programa realizava os encaminhamentos. É totalmente compreensível o modo que a equipe encontrou para pseudo resolver a questão: excluindo as instituições da lista de escolas que encaminharemos os guris. Mas raciocinando em um âmbito maior, pensando nos demais que irão espontaneamente nestes lugares e não serão acolhidos, o que fazer?

Devemos nos dar conta que o ato de ensinar não está somente relacionado a conteúdos programáticos, cumprir horários, regras e manter a ordem da turma/escola. Ensinar tem a ver com vínculo também, sentimentos. Relações cotidianas e constantes, como pensa-las friamente? Como se trabalhássemos com objetos, papéis, mesmo sabendo que para atuar com estes materiais também é preciso sentir...

“E por que são também relações de intimidade? Aqui se observa o gesto e a palavra não programados, enredando o professor e aluno numa convivência impregnada de calor humano, de sentimentos e não apenas estabelecida em funções e papéis sociais. Essa intimidade transparece na espontaneidade presente em situações corriqueiras, em que as palavras e gestos estão mais soltos. Na verdade, a proximidade e convivência cotidiana faz surgir uma certa liberdade e acolhimento mútuo entre professores e alunos. Há momentos em que as teias e tons de suas relações extrapolam os conteúdos e normas escolares, escapando aos figurinos e regulamentação. Nesse sentido, sua convivência caracteriza-se também por uma certa imprevisibilidade. Nem sempre uma aula é o que dela se espera... Nem sempre é possível cumprir tudo o que estava programado... Alunos e professores podem surpreender-se uns aos outros...” (TEIXEIRA, 1996, p.188).

Neste sentido, o vínculo se torna peça-chave nos processos de ensino-aprendizagens escolares. E como discutir este assunto sem citar exemplos de que isso dá certo? Volto a dizer que esta pesquisa foi idealizada na lógica da possibilidade e que por esta razão que partimos do concreto...do humanamente possível.

“Porque os estudantes percebem se temos ou não afeto em relação a eles e o quanto acreditamos ou não neles. É primordial que se sintam aceitos, respeitados, e acarinhados”. (Questionário Educadora EPA)

O Serviço de Acolhimento, Integração e Acompanhamento (SAIA), executado na Escola Porto Alegre é um dos exemplos de que apostar em estratégias de acolhimento aos alunos é uma proposta positiva e que gera frutos no ambiente escolar, para todos os segmentos. Ele só existe desde 2000 porque de uma atitude de um grupo de educadores da escola, tornou-se uma metodologia de trabalho, onde através de um projeto foi possível justificar os aspectos positivos da realização do acolhimento aos educandos em todos os setores da escola, da alocação de alguns educadores para este segmento escolar (o SAIA é um serviço nesta escola) que são os responsáveis pelo suporte e manutenção do serviço tanto internamente, quanto externamente.

Temos que atentar para as mutações de paradigmas que a educação vem lidando ao longo dos anos e de fato traçar alternativas para qualifica-la. O educador não pode “parar no tempo”, resistir às transformações da sociedade, querer que o educando atual se adapte a um ambiente que já não faz mais parte de sua realidade.

“A gente não pode mais trabalhar com a escola de dez, quinze anos atrás, a escola tem que andar junto com este jovem [...] porque a partir do momento com a aceitação deste jovem, da melhor forma possível, com uma boa recepção, fazer com que este jovem se sinta bem dentro da sala de aula que não seja olhado de forma esquerda pelos colegas, ele vai se sentir bem, conseqüentemente ele vai se sentir melhor na escola, e aí a gente vai conseguir trabalhar com este jovem como qualquer outro jovem, porque ele não é diferente de nenhum outro jovem”. (Entrevista Pedagoga do POD, realizada em 21/06/2012)

Carrano (2007) nos elucida quanto ao conservadorismo e a manutenção das relações de poder ainda perpetuarem nos espaços escolares. Em contraposição, o gosto pela mudança que as gerações atuais trazem consigo, provocam embates ferrenhos nas escolas. Diante disso, destes conflitos impostos por “rãos” e resistências, o que fazer: repensar a escola ou negar as mudanças?

Mudanças estas que vão além dos muros da escola e que desta forma, tendo a responder que se não a repensarmos e a tornarmos mais próxima do modelo social que está se configurando, ela irá à falência. Porque os indivíduos estão se dando conta que são os sujeitos de sua trajetória e não marionetes, que devam ser moldadas para seguir padrões.

“Se no passado os jovens transitavam por espaços estriados com as marcas das imposições dos adultos, hoje, os espaços estão relativamente lisos para que os jovens imprimam suas próprias marcas. Isso significa dizer que um dos princípios organizadores dos processos produtores das identidades diz respeito ao fato dos sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha do que uma imposição”. (CARRANO, 2007, p. 6)

Estes processos identitários, para Freire (1987, p. 54) podem estar promovendo:

“Transformações que poderão possibilitar também que o sujeito se *perceba como sujeito de conhecimento* e, portanto, também de se sentir como capaz de pensar certo também. [...] A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”.

Isso quer dizer que cada vez mais devemos primar pela participação do educando nos processos educativos, torna-lo parte atuante disso. Onde o jovem, através de suas contribuições, advindas de todos os lados, seja valorizado, respeitado, compreendido e o principal, ACOLHIDO. Somente assim, o retorno será recíproco e o futuro, quem sabe, diferente!

4 POSSIBILITANDO REFLEXÕES

“Gosto de ser homem, de ser gente, porque não está dado como certo, inequívoco, irrevogável que sou ou serei decente, que testemunharei sempre gestos puros, que sou e que serei justo, que respeitarei os outros, que não mentirei escondendo o seu valor porque a inveja de sua presença no mundo me incomoda e me enraivece. Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. [...] Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na *problematização* do futuro e recuse sua inexorabilidade”. (FREIRE, 1996, p. 52/53).

Refletir sobre o processo de acolhida nas escolas enquanto uma metodologia de trabalho eficaz foi a temática principal desta pesquisa. Partir do contexto de jovens que realizam atividades no Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativos, e que tiveram em seu rico histórico a passagem pela internação da FASE possibilitou ampliar a discussão acerca de outras questões inerentes ao público juvenil, visto que ficou evidente outras necessidades para além do acolhimento escolar.

Porém, importante salientar que num primeiro momento, acolher o educando significa aceita-lo com todas as peculiaridades que lhes serão apresentadas posteriormente. Isso significa despir-nos de nossos pré-julgamentos e atuarmos a favor do jovem que chega à escola, seja através de encaminhamentos de serviços como o POD e a FASE, seja pela busca espontânea dele próprio e/ou sua família, até porque como Freire já nos elucidou acima, não somos seres puros...temos nossas imperfeições também.

Enquanto realizava este trabalho, buscando nas leituras realizadas a conexão com os relatos e escritas que os atores envolvidos neste processo – pedagogos, assistentes sociais, psicólogos: sempre educadores! E os jovens – de uma forma muito enriquecedora me proporcionaram afirmar que não há teoria sem a prática (FREIRE, 1996) e que uma complementa a outra.

O movimento de problematizar a questão do acolhimento através de uma experiência inovadora também foi uma aposta de sucesso. Assim, não foi necessário partir daquilo que poderia acontecer e não ocorre, mas sim daquilo que acontece, mesmo que de forma quase que personalizada, já que um formato de

acolhimento escolar enquanto proposta metodológica é praticamente inédita em âmbito educacional.

Conhecer um pouco sobre os anseios dos jovens inseridos no POD e saber sua opinião acerca de como ocorre sua acolhida nas escolas foi de extrema relevância ao longo deste trabalho. Perceber suas potencialidades, dúvidas e questionamentos enquanto educandos, indivíduos, cidadãos...meninos/homens foi fundamental para o andamento desta pesquisa, pois estar mais próxima da realidade destes possibilitou quebrar um pouco com a minha opinião formada sobre a questão do preconceito e não aceitação dos jovens no espaço escolar e partir de seus olhares.

“Hoje, a escola, de uma maneira geral, não está preparada para receber alunos com esta peculiaridade, assim como não está preparada para receber alunos com necessidades especiais e altas habilidades. O que precisamos é de uma formação acadêmica mais completa, com vivências e bibliografias a respeito do assunto, espaços para cursos de capacitação, profissionais com ideias inovadores e com coragem de transformar a educação, ainda engessada, em uma educação realmente inclusiva”. (Questionário equipe técnica do POD)

Admito que tive dificuldades em não expressar a indignação que sentia quando ao longo do trabalho ia se afirmando algumas situações de não aceitação dos jovens nas escolas, principalmente por terem “caído na FASE”, ou seja, histórico de internação por prática de ato infracional. Busquei salientar que esta é um das muitas faces do preconceito, que nesta pesquisa representou a todos que de alguma forma, por fatores diversos são excluídos das escolas antes mesmo de iniciarem enquanto alunos.

“A sociedade vê as pessoas que já foram presas, sei lá, acham que as pessoas não mudam, que vão fazer o mal pra sempre”. (Relato Adolescente A, 18 anos).

Reconhecer que esta não aceitação, antes de ocorrer nas escolas, ocorre na sociedade como um todo, através de padronizações ultrapassadas e difíceis de romper, me fez refletir sobre o processo de reprodução que estão presentes em todos os contextos e do quanto ainda temos de provocar discussões em relação a este assunto, visto que neste trabalho, por sua brevidade, não foi possível contemplar de forma ampla este tema.

De qualquer forma, tenho certeza que explanar sobre o acolhimento escolar, além de ensaiar tantos outros pontos nesta pesquisa promoveu o repensar de

muitos, inclusive o meu, pois pensarmos em aceitar, bem receber enquanto uma atitude (que também é importante) é diferente de buscarmos o acolhimento enquanto um método, onde independente da gestão ou do profissional, de suas ideologias e crenças, esta será mantida e aplicada. Assim, poderemos acreditar em um processo educativo e não precisaremos contar somente com quem acredite que acolher o jovem nos espaços escolares é a maneira mais respeitosa de convidá-lo a permanecer, a compor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRANO, Paulo. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: O desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. Palestra proferida no IX ENEJA, Curitiba - PR, 2007.

CRUZ, Marcelo Santos. **Estratégias de redução de danos para pessoas com problemas com drogas na interface dos campos de atuação da justiça e da saúde**. In: DUARTE, Paulina do Carmo A. Vieira (Org); ANDRADE, Arthur Guerra de (Org.). Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas, Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

JUNQUEIRA, L.A. P.; INOJOSA, R. M. e KOMATSU, S. **Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**. Trabalho apresentado no XI Concurso de Ensayos del CLAD “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”. Caracas, 1997. Pesquisado no endereço em jul. 2012: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UNPAN003743.pdf>.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Reciprocidade e acolhimento na educação de jovens e adultos: ações intencionais na relação com o saber**. Revista Educar. Curitiba – PR: Editora UFPR, 2007.

MELO, Eduardo Rezende. **Justiça e educação: parceria para cidadania** In: SLAKOMON, Catherine; Machado, Maíra Rocha; Bottini, Pierpaolo Cruz (Org.). Novas direções na governança da justiça e da segurança. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006.

Organização das Nações Unidas. **Resolução 2002/12**. Princípios básicos para utilização de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal, 2002.

Porto Alegre, Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Técnico Ação Rua**, 2006.

SARAIVA, João Batista Costa. **Desconstruindo o Mito da Impunidade: Um Ensaio de Direito (Penal) Juvenil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. **Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e Educação: Interações entre educação escolar e educação não-formal**. Revista Educação e Realidade: jul/dez 2008.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**, In: LEÓN, Oscar Dávila. Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA. 2003.

TEIXEIRA, I. C. **Os professores como sujeitos sócio-culturais**. In: DAYRELL, J. T. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – Transcrição entrevista realizada com a Pedagoga do POD.

ANEXO B – Transcrição da entrevista realizada a Educadora da EPA.

ANEXO C – Questionário aplicado a equipe do POD.

ANEXO D – Questionário aplicado a Educadora da EPA.

ANEXO A

Transcrição conversa com Pedagoga do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo da instituição O Pão dos Pobres de Santo Antônio – realizado na data de 21/06/2012

Eu vou te dar um resumo do programa pra ti entender. Qual é o nosso problema, o nosso foco na verdade, programa? O foco do programa é trabalhar com os egressos da FASE, proporcionando a eles a reinserção na sociedade né, então reinserir na sociedade significa reinserir na escola, reinserir no trabalho, este é nosso principal objetivo. É qualificar este jovem para que ele tenha uma segunda chance, uma nova chance na vida né, se ele optar de novo pelo crime, a gente tem alguns casos que reincidem né, o objetivo principal, os dois objetivos principais além da reinserção na sociedade é a não reincidência, é fazer com que este jovem busque outras alternativas de renda enfim, que possa se inserir no mundo do trabalho, justamente para que ele não caia na FASE de novo. Esses são os principais objetivos do programa. Qual é o primeiro passo? O primeiro passo é ainda dentro da FASE, então a gente tem 12 oficinas de sensibilização, que hoje são chamadas de conhecendo o POD, que antes o programa se chamava RS Socioeducativo e agora é POD, porque mudou o governo e só mudam a nomenclatura, mas a essência é a mesma. Então a gente vai nas oficinas de sensibilização, então a gente vai na FASE, em cada casa da FASE, que são 4: POA 1, POA 2, CASEF e CSE, dentro dessas casas a gente tem alas, e a gente vai em cada ala, por isso que são 12 oficinas, porque é uma oficina em cada ala, de cada casa. Por exemplo, o POA 1 tem 4 alas, o POA 2 tem 3 alas, o CSE tem 4 alas, então tem bastante alas, o CASEF que só tem uma ala, que é a casa feminina, que é a mais organizada da FASE, sem questionamento, casa que é exemplo no país, e a CSE é a casa assim mais barra pesada, com meninos que vem do tráfico, estupro, homicídio, normalmente é ali, e o pessoal que tem problema de comportamento, que vai para o isolamento nas outras casa vai pra CSE e daí é uma casa mais barra pesada por isso, é uma casa mais centralizada com um pessoal que já está no crime a mais tempo, ou que já se meteu direto com coisa mais grave. Então a gente faz essas oficinas, qual é o objetivo delas? A gente leva, apresenta o programa pra dez jovens em cada ala, é uma oficina por dia, no máximo duas oficinas por dia. Então a gente faz assim uma apresentação de no máximo vinte minutos porque eles não ficam muito tempo ali, porque estão cansados enfim, então a gente faz o mínimo possível, a gente apresenta o programa, fala como funciona, o que a gente oferece, fala do programa em geral e depois faz uma dinâmica com eles a respeito do pós liberdade, da esperança, do sonho, enfim, todo o mês a gente se reúne Calábria e pão dos pobres que é outra instituição que trabalha com este programa e fazemos juntos as oficinas, com um membro da equipe de cada entidade, porque daí o Calábria fala um pouco do que oferece e o Pão dos Pobres fala do que oferece e daí este jovem vai ter mais ou menos uma ideia do que tá aí por vir, porque daí a gente instiga uma curiosidade, porque a partir do momento que ele sai de lá, ele já sabe que tem um horizonte aí né, então o objetivo das oficinas é esse. Aí depois desse processo a gente faz o processo que é o círculo de compromisso, o que é o círculo de compromisso? É o momento que o jovem está com audiência marcada, ou que está pra marcar, ou já teve audiência ou vai marcar audiência, quem vai ao pré-círculo de compromisso, que é sempre um técnico de cada instituição, Calábria e Pão dos Pobres, o técnico da FASE, que acompanha este jovem lá na FASE né, alguém da

família deste jovem, normalmente o responsável, pai, mãe, tio, tia, normalmente com que ele vai morar após sair da FASE e quando ele tem uma suspeita de progressão de medida, significa liberdade assistida que é o LA ou PSC que é prestação de serviço comunitário, vai alguém do CREAS que é quem responde por isso né, quem faz toda a questão do judiciário, a continuação da medida após ele sair da FASE, e alguém do CAPS ou do PEMSE, que são órgãos da saúde mental quando o menino precisa de um acompanhamento psiquiátrico, de medicação enfim. Esse círculo de compromisso é bem o nome assim, tem alguém que coordena o círculo, num primeiro momento se fala do sentimento do jovem, do ato infracional dele, tudo é opcional, nada é obrigatório, se o jovem não quiser falar ele não fala, tudo é muito aberto, e no final Calábria e pão dos pobres falam sobre o programa especificamente sobre o programa e aí se fecha o compromisso, ou ele faz o programa, a gente oferece o programa, ou ele não quer o programa, porque ele não é uma obrigação, ele pode optar e não está incluído na decisão da juíza, por exemplo, se o jovem não quiser participar do programa, ele não vai ser prejudicado na audiência, aí não vamos progredir medida, ele vai continuar interno, não, ele tem esta opção e não está nada vinculado a audiência, nem com a sentença do juiz. Então ele opta, nesse momento ele opta por fazer parte do programa ou não e se ele fizer parte do programa em qual das instituições ele vai querer daí neste momento a gente já marca a entrevista de acolhida, que é o terceiro passo, que é o momento que o jovem vem com a sua família aqui, independente de ser maior de idade ou não, ele vem com um responsável e a gente fala da instituição, a gente apresenta a instituição, a gente apresenta o nosso cronograma de atividades, a gente fala que tipo de atendimento a gente faz e vê qual é a necessidade deste jovem, porque às vezes ele já está trabalhando, as vezes eles já saem da FASE no TRF que é um órgão que agente tem muita parceria, as vezes ele já tem estágio lá naquele local, sai da FASE ainda no estágio, então a gente vê a necessidade, alguns jovens por uma característica mais agressiva, por uso de medicação a gente permanece com ele no programa somente em atendimento psicossocial, ele vem com a técnica dele, que é a psicóloga e a assistente social responsável por ele naquele momento já é definido na acolhida que é, a gente trabalha em dupla, então, uma assistente social e uma psicóloga, então são duas duplas, daí a gente divide pra não sobrecarregar nenhuma das duplas. Então fica uma coisa bem assim neste sentido, daí ele vem, faz o atendimento conversa com as técnicas e mais para um desabafo e nada de psicoterapia, mas é um momento de falar enfim, de achar um norte e volta pra casa, caso contrário ele fica para as oficinas socioeducativas que acontecem aqui durante o dia, a gente organiza conforme o horário da escola normalmente eles estudam a noite para poder ficar com os dois turnos livres, às vezes eles vem para o programa da escola, às vezes eles saem do programa e vão para a escola, as vezes eles vão pra casa e depois vão para a escola, depende muito da rotina, do local onde moram, mas é meio turno de atividade, existem alguns casos que a gente abre exceções dependendo do caso, da situação do jovem, a gente abre exceção que ele fique aqui o dia todo, as nossa atividade na verdade ocorrem das nove e meia as onze e meia pela manhã, e da uma e meia as três e meia a tarde, então é isso eles ganham almoço e ganham o lanche, mais as passagens e o auxílio financeiro de 220 reais, eles tem isso, todos eles tem este auxílio financeiro, independente de eles virem aqui uma vez na semana, duas ou todos os dias, nas quartas-feiras a gente não tem atividade, por causa do expediente interno, porque devido a todas estas saídas que a gente tem, porque só os círculos de compromisso por exemplo a gente tem todos os dias, de segunda a sexta, as

vezes acontece da gente ter quatro círculos por dia, porque dependendo do tempo do ano tem muita saída dos meninos da FASE então a gente tem que ir, é obrigação, mesmo que o menino, quase certo que não aceite o programa, tem que ir, pra expor o programa. Então a gente tem isso, mais os relatórios que a gente faz de cada momento desses, a gente faz relatório de oficinas, de círculo de compromisso, de acolhida, e fora os pós- círculos porque daí a questão do pós círculo é o que, é o momento que ele fica um mês no programa, a gente faz pós círculo de trinta dias, o de seis meses, de um ano, tudo em uma série de necessidades de demanda, por isso a nossa necessidade de ter um expediente interno, pra gente poder organizar isso. Tem muita saída, é um programa muito, é um trabalho muito dinâmico, o nosso público é muito dinâmico, muito rotativo, eu te diria, então fica difícil de estabelecer um trabalho muito quadrado, redondinho assim né, porque na verdade a gente tem perfis de jovens bem diferentes e eles não ficam com a gente assim por muito tempo, eles ficam por doze meses no programa, eles podem ficar até doze meses, e eles recebem por doze meses esse valor, quando eles desligam do programa eles não recebem nada, então por exemplo, se eu estou no programa há dois meses eu desisti do programa, eu sou desligada e recebi por dois meses depois eu não recebo mais então a gente tem vários assim, nestas questões, os cursos que a gente oferece são cursos gratuitos, eles não pagam por nada, nem por material, a gente tem alguns guris aqui fazendo cursos, e a questão que eu argumento muito a questão da escola entrando bem nessa área que é mesmo da tua pesquisa o argumento que eu utilizo é justamente esse como é que tu quer fazer um curso profissionalizante se tu não está estudando? Porque assim eu costumo às vezes dizer que a gente vive assim no mundo do pirulito encantado que a gente que lida com a educação, eu que já trabalhei em escola tem essa coisa muito de cobrar, sabe, mostra o caderninho, vem todo o dia, como assim tu não quer mais estudar? É um público bem diferente, então é necessário uma metodologia bem diferente pra lidar com este público, daí eu entro nesta metodologia da pesquisa que é super importante da aceitação, porque a partir do momento que a escola em geral aceita um jovem sem nenhuma barreira, sem rotulo, sem preconceito, que é uma coisa muito difícil de acontecer assim, a gente o ser humano tem essa tendência do rotulo, mas quando a escola aprender a aceitar esse jovem, ela vai para o segundo passo que é o mais importante que é trabalhar com esse jovem, saber trabalhar com ele, porque não adianta tu dar um quilo de matéria, porque hoje em dia a gente está com um outro tipo de criança e de adolescente e de jovem adulto. A gente não pode mais trabalhar com a escola de dez, quinze anos atrás, a escola tem que andar junto com este jovem, então assim não adianta tu querer cobrar do menininho que ele vá todo o dia porque a aula é um saco, e daí a gente entra numa questão muito maior que é da motivação do professor enfim, e daí a gente poderia gerar 1001 discussões, mas o foco é esse né, porque a partir do momento com a aceitação deste jovem, da melhor forma possível, com uma boa recepção, fazer com que este jovem se sinta bem dentro da sala de aula que não seja olhado de forma esquerda pelos colegas ele vai se sentir bem, consequentemente ele vai se sentir melhor na escola, e aí a gente vai conseguir trabalhar com este jovem como qualquer outro jovem, porque ele não é diferente de nenhum outro jovem, a diferença, eu costumo dizer pra eles que eles internalizam muito isso né, da FASE, eles usam muito isso, o fato de eles já terem passado pela FASE por uma coisa maravilhosa, eles se acham né? Eles adoram dizer isso na escola, e é uma coisa que eles têm muito, eles dizem: ah porque eu sou o cara, eu conheço tal traficante, a tal boca...eu matei, eu já roubei, eles acham o máximo né,

alguns não fazem isso, mas a maioria faz isso, acham que o fato de terem passado pela FASE vai engrandecê-lo na verdade, e isso é uma coisa muito complicada porque pra tirar isso deles, isso é deles né? E ao mesmo tempo tu tem que trabalhar isso neles porque eles não podem ficar achando que isso é uma maravilha porque a FASE fez sim parte da vida deles, mas fez, não faz mais, e tirar isso deles é como se tirassem o poder né, então é um pouco da postura deles assim, essa aceitação, é um recurso que eles utilizam, um mecanismo, e além do mesmo a questão assim: aí se eles não me aceitarem eu vou ser vítima, eu vou ser o coitadinho e daí tudo vai se justificar e daí o fato de não ir bem na prova, então eu trabalho tudo isso com eles de dizer no momento na escola se tu está coma algum problema tu chega e fala porque tu tem direito como qualquer outro aluno, agora tu tem que fazer merecer aquele direito , tu não pode ficar badernando na escola, ficar quebrando tudo entendeu, achando que tu é o maioral, e não hora que tu precisa da ajuda da escola, a escola não vai te ajudar hoje te digo assim, a situação dos guris hoje, que é um orgulho assim pra mim , os guris que estão hoje na escola, os 50 guris que estão hoje no colégio esse ano, estão frequentes, ou frequentes irregulares, que eu dei esse nome, o que significa isso, é aquele frequente que vai duas, três vezes na semana no colégio , que é uma coisa que eu tive que romper com uma barreira minha né, porque pra mim o gurizinho tem que ir todo o dia, ser pontual no colégio e prestar atenção, ficar quietinho e isso não existe, então infelizmente, já é um progresso pra nós manter o menino no colégio, mesmo ele indo três vezes na semana, é claro que isso não se acomoda, eu não vou dizer tá continua indo três dias na semana, não, eu vou dizer tem que ir todo o dia, tem que chegar na hora, mas o fato do menino ir se mantendo assim já é uma grande coisa porque pra eles a escola não é importante, porque eles adoram dizer que o que a gente ganha em um mês eles ganham em dois dias , então pra que eu vou estudar? Pra eu ficar aqui grudado no computador? E a gente usa diversos argumentos, mas a gente também se coloca na realidade deles, de que eles vivem numa comunidade que é assim, e a vida deles é essa, o meio deles é esse, e eles vão ter que lidar com isso, porque mudar dali é difícil, dificilmente eles vão conseguir, ou por uma questão de vida, se manter ali por uma questão de segurança, porque se eles saem dali eles são mortos ou eles não têm condições de sair da vila, não tem condições de sair de onde moram. Então basicamente é isso.

Eu pergunto sobre se é requisito para participar do POD o jovem estar matriculado e frequente na escola...

O que a gente usa, a gente usa esse argumento, antes...por isso é que eu digo, nada é engessado, a gente trabalha com este público, não pode engessar nada. Antes o pré-requisito era esse, um dos pré-requisitos, que se não tivesse estudando tinha sim que desligar o menino, a não que tivesse uma justificativa muito forte, que além disso o menino já tivesse assim uma outra coisa que compensasse, de uma certa forma, hoje a gente trabalha com isso assim, a gente tem uma tolerância, dependendo do momento em que ele ingressa no programa, porque daí não tem nem como colocar o guri na escola. Como é que eu vou colocar o guri na escola em novembro? Não posso, tem que esperar, né? A gente argumentou isso com a coordenadoria do programa e ficou definido que sim, ele permanece no programa mesmo sem escola, porém, com justificativa pra isso, por exemplo ou ele estar no serviço.. ou ele estar afastado por motivo médico, e a gente explica pra eles o que está acontecendo, com esta família, porque eles saem muito crus da FASE, eles saem sem perspectiva de vida, sem projeto, e pela ânsia de conseguir dinheiro eles

recaem, e esse primeiro momento que eles estão fora que a gente tem que cuidar, que é o maior índice de reincidência é nesse momento, porque pra que eu vou esperar um curso de um ano, um ano e meio ou de dois meses que seja, pra eu conseguir um emprego, conseguir dinheiro, se eu posso trabalhar com o mesmo cara que trabalhei antes e ganhar dois mil reais, sabe, existe muito isso, mas este pré-requisito continua existindo na teoria, no papel, no projeto técnico, mas a gente tem essa flexibilidade, tanto é que a gente colocou, a gente refez o projeto esse ano pra entregar, com essas alterações. Porque quando a gente assumiu o programa aqui no pão, porque veio a gente aqui no POD, toda a equipe é nova né, ela entrou mais ou menos nesta mesma época, tínhamos uma equipe que foi saindo do pão dos pobres e a gente teve que retomar o programa e na verdade a gente não sabia muita coisa, o Cláudio assumiu a coordenação por ter assim, vinte anos de FASE, então assumiu a coordenação e trouxe as pessoas, e a gente vem se unindo neste sentido, pra manter o programa na instituição e daí quando a gente entrou no programa a gente não tinha tanta propriedade que teve neste ano, pra poder firmar as nossas...defender as nossas teorias, as nossas ideias, então a gente refez o projeto só agora, e a gente acrescentou isso, o pré-requisito permanece na condição de estar estudando, sendo que tenha justificativa pra isso, entre parênteses até coloquei, questão de prazos, explicando no contexto do projeto, porque amanhã ou depois a gente não está mais aqui, o projeto está bem escrito, bem explicado, bem objetivo neste sentido, porque a gente também não pode taxar, o guri não está num curso profissionalizante tem que tirar o guri? Não, porque se o curso profissionalizante não tem período aberto, inscrição o que a gente vai fazer com o guri, a gente vai ficar...a gente vai colocar o guri como no curso?

Pergunto com quem a equipe pode contar da rede em questão de parceria para o acompanhamento aos jovens?

A gente lida muito com o CREAS e com o CRAS, porque isso, a rede da assistência social, porque a gente tem muitos usuários que tem o bolsa família, muitos usuários que tem problemas de passagens e daí o CRAS entra na questão de dar a passagem pra essa família, porque esta família não tem realmente condições de sair lá do Leopoldina pra vir até aqui e pra voltar pra casa né, a gente tem muitas famílias, a maioria das nossas famílias tem perfil de vulnerabilidade extrema, muito pobres as vezes analfabetos, a gente tem um menino que ainda não está estudando, a gente quer fazer a inscrição dele a partir da semana que vem aqui na Leopolda Valdevicks, aqui no centro, e o pai é analfabeto, pai é extremamente ignorante no sentido de não saber andar em Porto Alegre, ele tem muita dificuldade de vir até o Pão dos Pobres sabe, de não conseguir ler letreiro de ônibus, então é uma realidade muito triste de alguns meninos, e as vezes eles entram nisso não por serem pessoas predestinadas a criminalidade, mas as vezes pra ajudar a família , as vezes eles não tem outra opção, então é essa a questão. A gente conta muito com o CRAS no sentido das passagens das famílias e com o CREAS tanto na questão de fiscalizar a LA e a PSC dos gurus que ainda estão em progressão de medida como nos pós-círculos, que são os momentos de avaliação do menino no programa, como é que ele está indo, se ele está cumprindo estas combinações ou não, porque as vezes ele apresenta um comportamento no CREAS que o CREAS defende, que os técnicos do CREAS que trabalham lá, defendem a ideia de que o menino não precisa ser internado, não precisa de medicação, e aqui ele talvez apresente ..., porque lá tem uma questão de LA, ele tem que estar lá naquele dia da semana, tem

que estar prestando contas com eles, então a gente pode pra isso, pra gente poder fazer esta troca, pra poder trabalhar estas questões, outra coisa que a gente tem bastante vínculo, os CAPS, que a gente trabalha com um público em atendimento psicossocial, que demanda saúde mental, a gente tem a clínica da UFRGS que é assim, que nos ajuda muito, a gente tem alguns guris que fazem psicoterapia lá, a gente tem alguns abrigos, porque nós temos alguns guris aqui em situação de rua, e aí entra a situação, já entra na questão da escola, é uma dificuldade muito grande que os abrigos se responsabilizem por esses jovens e que estes jovens consigam, ir a escola, quem é que tem conseguir escola? O responsável né, quando o guri é menor, a gente não tem muito que fazer, então assim a gente tem muito o contato com esses abrigo né, os abrigos claro onde esses guris estão, a gente tem dois menino que já completaram um ano e que continuam com esse vínculo, eles sentem muito essa vontade de vir aqui, de continuar esse vínculo com a gente, dificilmente esse menino não vem aqui nos visitar. Às vezes eles vêm os meninos em situação de rua, às vezes eles almoçam aqui, a gente tem o almoço, quase todos os dias a gente consegue né, a gente procura fazer com que os guris não venham nos finais de semana porque daí a gente não está aqui, tem situações assim, muitas vezes eles vem, quando eles vêm, muitas vezes acontecem de eles virem alterados assim na maconha, ou eles virem já naquela situação de desespero por droga, eles vem alterados a gente já percebe que eles estão alterados, a gente conversa com eles e manda eles voltarem no outro dia né, a gente tem também a fazenda acolher, que é uma fazenda lá em Gravataí, no interior no interior de Gravataí assim, que é muito parceira nossa a gente já teve algumas internações lá, a gente já teve dois casos de internação e a gente tem muitos parceiros neste sentido, fora as escolas que também em alguns momento são muito parceiras né, por exemplo a EPA é a nossa principal parceira que é a Escola Porto Alegre, que é uma escola que é especializada em guri de rua e a gente tem uma relação muito boa coma EPA, com CEMET Paulo Freire também, que é muito parceira, a Marcílio Goulart Moureiro enfim, a gente tem essas parcerias assim, de rede os mais parceiros são os CREAS e os CRAS. E assim tu acaba percebendo algumas coisas, tem meninos que pra não irem pro pó, cocaína ou pro crack, eles acabam aliviando a tensão na maconha mas a gente também trabalha com eles tem que saber que é que manda em ti né, no momento que a maconha toma conta de ti ela não é mais uma “maconhinha” tranquila, ele tem que viver com isso né, não adianta a gente ficar com uma filosofia da droga, que a droga faz mal, porque pra eles isso não sentido a gente tenta trabalhar nesse contexto, não incentiva em nenhum momento o uso né, não é o nosso papel, de maneira nenhuma, mas a gente trabalha com a realidade desse jovem não adianta nada (vocês trabalham coma redução de danos, que com os jovens é o que mais tem surtido um feito – fala minha), é...redução de danos e daí a gente entra num problema né, que está vinculado com a escola também, que está vinculado a questão da escola, que é a questão dos cursos profissionalizantes, a gente tem muito cursos profissionalizantes que exigem uma escolaridade muito alta para o que a gente tem, aqui por exemplo eles pedem uma escolaridade mínima de sétima série para 4 dos cursos e dois cursos são para ensino médio e a nossa média de escolaridade aqui é quinta série, e assim aquele quinta série né, de baixíssima qualidade, tem meninos que não estão alfabetizados e que estão na quinta série, tem meninos que não conseguem escrever uma frase inteira, então estar na quinta série não significa que ele realmente esteja na quinta série e aí a gente entra na questão da qualidade do ensino enfim, de uma série de coisas, basicamente é isso, o que a gente tem buscado? Cursos de curta duração e que não

coloquem uma escolaridade muito avançada, se não, não tem como inserir o menino num curso né, e eles veem muito nessa vontade de se especializar, mais que estudar, e agente tem que ter essa coisa frustração, ai como tu não quer estudar, o gurizinho não vai chegar pra ti e dizer, ai me consegue uma escola? É muito difícil isso, eles até falam na audiência que eles querem, às vezes eles até falam pra nós que eles querem estudar, mas na hora que é pra irem ao colégio que é pra sair de casa, ou que é para acordar cedo pra não chegar tarde à escola, é difícil pra eles, é muito difícil, eles dizem pra quê? Por quê? E hoje a gente tem todo um incentivo do popular né, a questão pra que se eu posso ser cantor de funk e vender uma porção de disco, todas essas coisas que a gente tem tentar trabalhar com eles da melhor forma, não lavando o cérebro, mas assim tentando fazer que eles entendam que sim um traficante ganha bastante grana mas aquele vive só vinte e cinco anos, e porque tu vai viver tão pouco? Tu não ter uma família? Não quer ver teu filho crescer? E essa é uma outra realidade, muitos já tem família, muitos já tem filhos, muitos já tem dois, três filhos, (que tornam as coisas um pouco mais difíceis né – fala minha), exatamente. E a gente tem buscado isso, incentivando sim a escolarização e a questão assim da aceitação das escolas ultimamente eu não tenho visto, não tenho ouvido muito estas coisas de reclamação, ai esse guri está insuportável, o ano passado a gente tinha muito disso sim, mas graças a deus a gente se desvinculou de algumas escolas em função de algumas posturas né, então a gente manusear ao máximo, remanejar né, até porque as escolas sabem que é proibido excluir o aluno né, ah tu estava em tal lugar, ficava em tal lugar então tchau, elas sabem elas vão ser processadas, que elas vão sim ser obrigadas a receber este aluno e que sim elas vão responder por processo né, porque é preconceito é crime né, mas existe essa coisa né, que é do dia-a-dia né, (que é velado, que até entram né, mas às vezes não ficam por muito tempo), não ficam porque não se quer né, às vezes até tem esse boicote né, na própria sala de aula essa coisa de ficarem se olhando, ficarem desconfiados do menino né, então é complicado tu lidar com isso, porque ao mesmo tempo em que a gente tem que ser categórica e firme com a escola a gente também não pode baixar o nível né, como dizem, a gente tem que manter a elegância assim, e ir pelo termo técnico, porque a gente é preparado pra isso, o programa tem essa preparação, a gente tem total apoio da secretaria da justiça, que é quem vincula, que paga os meninos, a secretaria da justiça é a principal criadora do programa, o convênio com a secretaria da justiça, é uma lei, o programa é uma lei, então ele está defendido por lei e por força de lei ele não tem como acabar e foi pensada justamente neste contexto, de reinserir os guris, o índice de reincidência era muito grande antes de haver o programa, e se pensou neste programa justamente pelo pavor que as pessoas da FASE tinham de os meninos saírem e vai fazer o que? A gente pensou muito no que poderia ser feito, a gente não vai fazer sozinho, a gente tem que ter uma equipe, mas esta equipe não vai poder trabalhar sozinha, vai ter que ser vinculada a rede.

Pergunto se a técnica sente que de fato aconteceu a redução na reincidência dos egressos da FASE, após a implantação deste programa.

Aconteceu a redução, aconteceu a conscientização maior que a escola é importante, por exemplo, te dando um exemplo da frustração né...por exemplo, a gente tem o momento do grupo de estudos aqui, por semana, um grupo de estudos por semana, daí eu pensei, dentro do meu mundo do pirulito encantado, como eu te disse, eu pensei assim, eu vou fazer um grupo de estudos, né, com caderno, sentados, enfim,

a gente vão trabalhar, vamos dividir né, momento de caderno, de livro, de olhar caderno, de esclarecer dúvidas do colégio, e o segundo momento mais lúdico, como jogo, imagem e ação, detetive, essas coisas assim que incentivam o pensamento lógico, o raciocínio, enfim, essas coisas, a gente pode trabalhar isso. E aí eu comecei por um mês, me diz: quem é que trouxe caderno? Ninguém me trouxe caderno, daí eu pensei: olha a minha ideia absurda assim de caderno, que caderno? Os guris mal e porcamente vão ao colégio, que dirá ter caderno, então assim, eu comecei a usar outras táticas mais rígidas, se vocês vierem sem caderno. Então assim, eu comecei a usar outras táticas, um pouco mais rígidas, como vocês vão pra aula sem caderno? Comecei a trabalhar esta questão, vocês não vão anotar nada que o professor diz? Vocês guardam tudo na memória? Aí eles começaram a entender e pediram caderno, e daí começou a função de mostrar o caderno com nada escrito né, ou com meia dúzia de palavras, e aí começou uma caminhada muito lenta, então vamos fazer o seguinte: vocês não me trazem mais o caderno, porque eu falo com as escolas mesmo assim, mas eu falei isso muito natural, e aí começou a surgir “ah, ela fala com a escola! Putz, e agora? E daí aleatoriamente eles vinham me mostrar. Ah, olha aqui...e aí eu comecei a mudar a tática do grupo de estudos, e daí eu fui engessada dentro deste contexto meu de ideologia e aí eu comecei a olhar aleatoriamente e daí alguns meninos que tinham algumas dificuldades, eu atendia eles separados, né, fazia alguma coisa com eles enfim, ajudava eles no processo seletivo do curso quando tinha escolaridade, ajudava em alguma questão do colégio, tema assim, e eu comecei a fazer o grupo de estudo de uma outra forma, e agente começou a trabalhar por exemplo com fábula, né, que a gente trabalhava a questão de interpretação, que daí já trabalha a questão da pesquisa, da interpretação, e as vezes eles sim eles renegam muito esta questão da historinha, por ser infantilizado, porque a gente pedagogo as vezes agente peca assim, porque a gente infantiliza , a gente gosta de trabalhar com coisinha, de recorte , colorido, materiais pedagógicos e na verdade isso não funciona com eles, e aí eu comecei a fazer essa experiência da fábula, e comecei a trazer fábula assim, dos pequenos amigos, das pessoas que mais se valorizam, as vezes a gente não dá valor para aquele amigo, mas na verdade é aquele amigo que te ajuda. Que é que te ajuda? E daí começou um papo assim, e começou a gerar essa coisa, de eles falarem da família deles, de eles não darem tanto ibope para os amigos antigos que fizeram com que eles caíssem na FASE, né, e tá, pois é minha família, meu filho e eles começaram a trabalhar isso, então, ao mesmo que a gente trabalha a questão do raciocínio, da interpretação, a gente também trabalha essa questão dos valores de vida , de resgatar, porque pra eles isso não é trabalhado, porque do lugar que eles vivem dificilmente eles (são outros tipos de valores – fala minha) outros tipos de valores, as vezes a gente tem meninos que se convertem.....teve um menino que a gente teve que é muito engraçado assim, ele era testemunha de jeová, então ele ia, então a gente pediu pra ele um dia, já que ele sempre falava da bíblia e tal, falava de Jesus e e ele pregava muito, ele vinha todo...bem a característica assim, ele vinha bem arrumado, de paletó enfim, a característica da religião mesmo, vinha e fazia uma série de pregações e tal, a gente pediu um dia pra ele fazer uma reflexão um dia num ato ecumênico que a gente faz toda a semana ali na capela, como é uma instituição católica né, a gente participa do ato ecumênico e ele veio cedo enfim, e a gente pediu, o ato ecumênico é uma coisa de quinze minutos, não vai converter ninguém, o objetivo é somente fazer uma reflexão, daí ele leu uma parte da bíblia, explicou e ele disse que é isso que Jesus queria enfim, tem muitos deles que buscam esse tipo de...e é legal né, ele estava indo muito bem no colégio esse

menino...e a gente tem essa característica nessa turma assim, na turma de agora, de hoje no programa, a gente tem frequente, a maioria é frequente, eu te diria que de 50, 45 são frequentes, de ir todo o dia na escola, o que é um grande avanço, né, e desses frequentes, quase todos estão indo muito bem e a gente tem uns 5, 6 aí que são frequentes irregulares, que chegam muito atrasados, ou que vão duas, três vezes ao colégio, numa semana vão toda, na outra semana vão dois dias enfim, e por enquanto assim até agora, a gente não está tendo esse problema como escola como no ano passado, por isso que eu te digo, é um público muito flexível nesse ...rotativo, como eu te disse, porque o ano passado a gente tinha assim todos os guris na escola, não teve dificuldade de incluir guri na escola o problema, o único problema assim, com a escola, do guri chegar aqui e simplesmente dizer que o guri não queria mais ir...a gente teve muito mais intervenção neste período do ano passado que agora. Claro, o ano está a recém na metade, pode ser que agora (eu acho que é um reflexo de um trabalho – fala minha), é também, eu acho que é isso aí, a gente tenta trabalhar ao máximo, e outra coisa, o fato de a gente estar sempre presente na escola, no sentido de fazer esse acompanhamento escolar, eu faço acompanhamento escolar duas vezes por mês então assim, eu faço, o guri me traz o, o combinado é isso, o menino na acolhida ou já me entrega o comprovante de matrícula ou no momento em que ele for encaminhado para a escola já me traz o comprovante, porque a partir do comprovante eu tenho ali o endereço, o número de telefone da escola, a série que ele está tudo certinho. Daí eu coloco no sistema, nos documentos do meu computador, então assim eu tenho no meu computador uma tabela que é assim: o nome do guri, se ele me trouxe o comprovante ou não, o nome da escola, telefone e a série que ele está, então eu tenho todo o controle, então de quinze em quinze dias eu abro aquele documento e verifico tudo direitinho e vou incluindo os guris que vão chegando eu vou incluindo naquele documento né, e daí eu vou fazendo. Então eu ligo para as escolas e deixo claro que não adianta vocês me trazerem o comprovante de matrícula e me dizerem que estão estudando que eu vou ligar para o colégio, daqui a pouco vocês não vão a escola, vocês não frequentam a escola por trinta dias já era né, então é isso, a gente começou muito engatinhando, primeiro eles traziam o comprovante e não iam mais, depois eles começaram a ir e indo, indo, né, trabalho de formiguinha assim né, mas hoje já está mais tranquilo nesse sentido, o ano passado a gente tinha muito frequente irregular, a gente fazia VD, agente fazia intervenção e voltava. Nesse ano agente teve pouca reincidência, a gente teve aí uns 4 casos, 5 casos de reincidência aí...quando o menino reincide, que é uma característica do programa, quando o menino cai na FASE de novo ele pode ser reinsertado no programa depois, mas se ele vai pro presídio central ele não volta mais. Por exemplo, hoje a gente teve um caso de um menino que foi para o presídio e ele não vai poder retornar para o programa, basicamente por já ter passado pelo presídio central, porque ele já foi para o presídio, ele já é maior então não tem porque estar aqui né, até o caso desse menino é bem interessante, porque ele foi absolvido e aí gerou uma dúvida pra nós, se a gente pode pedir uma reinsertão, porque ele foi preso até a audiência e na audiência ele foi absolvido, ou seja, ele é inocente né, então a gente não sabe.

ANEXO B

Transcrição entrevista com Educadora Escola Porto Alegre, realizada em 29 de junho de 2012.

Como foi pensado o projeto SAIA?

Na verdade o SAIA começou assim, no refeitório, eu a Miriam e a Rose, que era uma outra colega que tinha aqui, e a Miriam que trouxe esta questão do acolhimento né, então ela me fez um desafio, quem sabe vocês duas pensem né, numa proposta para implantar esta questão do acolhimento aqui na EPA né, porque aquele era uma palavra que não se ouvia falar muito em acolhimento naquela época né, é acho que foi em 1999 por aí, eu me lembro bem como é que foi esse encontro no refeitório, então foi a Miriam quem deu o empurrão, daí depois a gente foi escrevendo assim, aos poucos, agente não fez nada na correria assim, foi uma coisa muito bem pensada assim, pra dar certo a gente queria que desse certo né, então a gente levou assim um tempo daí acho que foi mais ou menos um ano que a gente levou. A gente só implantou em 2000 e daí quando a gente implantou, a gente pensou na questão do acolhimento e do acompanhamento, o acolhimento sem o acompanhamento não dava né, então daí, a gente acolhia desde o portão, quando chegava no portão, os acolhendo do portão eles iam para o refeitório, porque aqui assim, daí depois do portão tinha sempre alguém no refeitório que também era um lugar super... todos os espaços aqui são de acolhimento né, mas o refeitório é um lugar muito rico, onde todos, onde né, aquela coisa mesmo da família onde todos sentam, conversam... é um lugar muito rico pra gente conhecer mais um pouquinho da vida deles e até umas coisas que eles não falam assim né, ali saem muito espontaneamente, então pra nós assim é um lugar muito rico, até para pegar as falas, porque a gente trabalha a partir das falas. Bom inicialmente de acolhimento tinha tipo uma sala de aula assim que eles vinham e ficavam tipo assim mais ou menos estabelecia uma semana, duas, até a gente ter algumas informações sobre eles, principalmente a história deles oral, as coisas que eles faziam, a gente trabalhava com muita literatura infantil, naquela época tinha muita criança, infanto-juvenil e através da literatura a gente desfocava da vida deles para depois focar. Então através da literatura, das histórias, principalmente contos de fadas a gente conseguia descobrir muitas coisas da vida deles e entender o que estava acontecendo, depois as coisas vinham né, nos trabalhos que a gente fazia, era tudo mais assim, a gente não tinha preocupação assim, que nem sala de aula, leitura, escrita essas coisas, tinha preocupação em saber, entender a vida deles um pouquinho né, já para estas informações irem para a sala de aula e os professores terem uma base para começarem o seu trabalho, já sabendo a realidade de cada estudante que ia ser inserido em cada totalidade tá, isso aí foi um trabalho muito bacana, com duração de uns dois anos mais ou menos, daí tinha de manhã e tinha de tarde, só que com o tempo, os professores mudam né, houve mudanças e tal e daí eles não compreendiam muito bem o projeto, a gente tinha que estar sempre retomando, sempre retomando... então tinham alguns que pensavam que ali era um lugar onde eles tinham que ser preparados para ir pra sala de aula, a gente tinha este equívoco né, então assim, como estava meio complicado na época assim esta questão, deste entendimento, a gente achou melhor dar uma mexida no projeto, daí a gente aboliu o que eu achava assim super interessante, a gente teve que abolir esta questão de ter uma sala de aula, como se fosse uma sala de aula para acolhimento... trabalhava com várias coisas, com jogos, uma infinidade de coisas né...

Esta sala era para aqueles que estavam chegando, antes de irem para a sala de aula?

Sim, para os que estavam chegando (pergunto se seria como uma sala de recepção, de acolhida, triagem) é, a gente não usava bem esta linguagem triagem né, mas era para fazer uma investigação né, também pedagógica, eles já iam para a sala de aula depois a gente sabendo as hipóteses que eles estavam formulando, a lecto-escritura né, porque funcionava só as séries iniciais, então era uma coisa que era muito assim...que não era nada atropelado né, daí a gente viu que não dava né, que os professores mudam né, então assim sempre dava...aconteciam confusões né, então foi uma decisão até assim de direção naquela época e daí o SAIA passou a não ter mais aquele espaço de sala de aula que tinha, então tinha um espaço, que era o espaço de acolhimento e acompanhamento, mas daí era uma sala só que eles chegavam, teve um aluno que chegou a ficar dois anos no SAIA, então assim, foi a gota d'água entendeu? Porque nunca ele estava preparado, e hoje assim ele é um guri que está super organizado, ele tinha muitos problemas emocionais e problemas de aprendizagem né, muita dificuldade, muita mesmo, hoje ele está com 24 anos no...e assim não está alfabetizado ainda, mas assim quando tu faz uma intervenção ele consegue escrever as palavras e alguma coisa ele já lê, tu vê, desde 2000 né? Pra ti ver assim, a dificuldade que esse menino tinha, mas ele tinha em tudo, ele chegou assim como um selvagem, o pessoal mais antigo, todo mundo conhece ele, ele era um selvagem, ele ficava se arrastando pelo corredor, ele não entrava na sala, mas daí a gente fez todo um trabalho de acolhimento e acompanhamento, que hoje ele é um guri assim, que te dá aula, ele conhece esta cidade como ninguém, ele sabe discutir, sabe, como eu digo assim ele não está ainda alfabetizado, mas ele está letrado, em relação a vida né, ele se aposentou, por este déficit que ele tem né, que tem outro nome que se usa, eu não estou lembrando agora, daí ele se organizou, trabalha na Paquetá, não como funcionário, mas eles acolhem ele também lá, ele convive, ele tem amigo para tudo que é lado, tu sai na rua com ele é oi M.A., oi pra cá...no centro é impressionante o que esse menino tem de amigos né, bom...voltando né, e ele foi um dos que pioneiros assim...daí então a gente foi assim para uma sala menor, e daí a gente fazia o acolhimento ali, daí a gente fazia um entrevista né, lá também na outra sala, mas era com o tempo, não era quando eles chegavam, daí já uma coisa mudou e daí quando a gente resolveu que ia reestruturar a questão do acolhimento, daí eles já chegavam aqui, já conversavam formalmente, aquela coisa, daí já tinha que ir anotando, depois no outro dia, ficava no máximo dois dias com a gente, dependendo do número de gurus que estavam chegando novos, daí a gente fazia a entrevista, eles escrevendo as coisas.

ANEXO D

Questionário para Escola Porto Alegre – Projeto SAIA

Nome: M. A. C.

Formação: Pedagogia Magistério das Séries iniciais (PUC) e especialização: Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes USP

1. Como a escola percebe a inserção escolar do adolescente em conflito com a lei?

A EPA é uma escola que tem como proposta político pedagógica acolher, incluir, acompanhar, ensinar e propiciar a seus estudantes que pensem e projetem Projetos de Vida. Os adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei têm este mesmo olhar por parte da escola. A EPA se propõe a ajudá-los a se organizarem tanto em relação as aprendizagens escolares quanto a outras dimensões de suas vidas. Com os Abrigos Residenciais - FASE, Abrigos Municipais (Quero-Quero e João de Barro) e Calábria (semi- aberto), trabalhamos em parceria. Sempre que os adolescentes ou jovens adultos são matriculados pedimos as instituições suas sínteses sociais e agendas diárias além da EPA. Diariamente estamos lembrando aos estudantes seus compromissos. Sempre que necessário a escola se comunica com as instituições informando sobre aspectos relacionados ao acompanhamento ou cobrando das instituições que ela cumpra sua parte neste processo. Quando percebemos que eles não estão cumprindo ou conseguindo cumprir seus compromissos **(ex: com justiça, evadem dos abrigos, uso abusivo de substâncias psicoativas, se afastam da escola ou dos cursos, etc)** entramos em contato com as instituições para informá-las sobre os fatos e fazemos tratativas para intervir positivamente . Por vezes solicitamos aos técnicos responsáveis pelos jovens que venham até a escola discutir como será a intervenção da instituição e a nossa **como escola** para que se consiga reverter a situação em relação ao acima citado ou a outras situações que estejam interferindo na organização dos estudantes.

Quanto aos estudantes que **não estão em espaços protegidos e com menos de 18 anos** contamos com a parceria do Ação Rua e fazemos o acompanhamento em relação a saúde, documentação, medidas sócio – educativas, etc.Com o fechamento do Acolhimento Noturno ficamos com uma lacuna, pois muitos adolescentes **ainda ou não** conseguem de fato ficarem em instituições fechadas. Quanto aos jovens que já completaram 18 anos contamos com a parceria do CREAS e do Centro POP. Existe uma imensa lacuna nas Políticas de Atendimento aos jovens com mais de 18 anos.A proposta da EPA com seu Serviço de Acolhimento Integração e Acompanhamento com certeza é um diferencial para que estes adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei se integrem, interajam e permaneçam na escola. Os adolescentes e jovens adultos percebem que são olhados como sujeitos de direitos mesmo com a rebeldia típica desta idade.

2. Em sua opinião, como a comunidade escolar recebe este adolescente na escola? Há dificuldades de inserção por parte de algum segmento?

Se a escola tem como proposta a inclusão todos devem acolhê-los com respeito. A inclusão e o respeito as diferenças deve ser trabalhado cotidianamente com

funcionários e professores. O trabalho com adolescentes e jovens adultos em conflito com a lei exige dos profissionais bons referenciais teóricos e formação por parte da escola. Como já explicitarei na questão acima, a EPA tem o SAIA como um diferencial em termos de escola, portanto o acolhimento é um dos seus princípios norteadores. Em alguns momentos a rebeldia de alguns jovens gera “stress” o que é contornado através de muito diálogo (conversa e escuta). A meu ver o segmento que tem mais dificuldade no acolhimento são alguns funcionários.

3. Qual a relação da comunidade escolar com os serviços que acompanham os adolescentes em conflito com a lei? Existe um profissional de referência para isso?

É de parceria, mas ao mesmo tempo é cobrado das instituições (que têm a guarda) que cumpram de fato o que lhes é atribuído legalmente. O SAIA é que faz as interlocuções com as instituições. Cada um dos turnos, manhã e tarde têm um professor referência, mas todos os profissionais que integram o SAIA se agregam a essas interlocuções.

4. Você avalia que o acolhimento na escola, em todos os segmentos, é fator determinante no processo de permanência deste jovem no espaço escolar? Por quê?

Sim, principalmente por parte dos professores, pois estes estão mais próximos dos estudantes. Por quê? “Porque os estudantes percebem se temos ou não afeto em relação a eles e o quanto acreditamos ou não neles”. É primordial que se sintam aceitos, respeitados, e acarinhados.

5. Como se dá este acolhimento? Existe um projeto específico para isso?

O Serviço de Acolhimento e Acompanhamento / SAIA acolhe o estudante quando retorna à escola e quando ele busca à escola pela primeira vez. O acolhimento inicial (quando ingressa na escola): o SAIA mostra a escola, fala de seu funcionamento e após faz uma entrevista para tomar conhecimento de sua história oral, institucional e familiar (as duas últimas busca mais informações junto a rede de proteção e outras) e após faz uma investigação cognitiva para averiguar em qual totalidade será inserido. Ao ser inserido na Totalidade de Conhecimento o acolhimento continua na sala de aula e em todos os outros espaços e tempos escolares. Trabalhamos também com o conceito de Acolhimento Diferenciado: quando o estudante está com dificuldade de permanecer em sala de aula é acolhido em outros espaços). Os estudantes procuram o SAIA para conversar sobre suas dificuldades e conquistas diariamente. Todos os estudantes têm uma pasta (dossiê) onde são registradas as conversas e todos os **acompanhamentos** realizados em relação a (saúde, documentação, cursos, institucional, familiar, escolar, etc). Suas histórias de Vida são base para os professores pensarem os planejamentos de sala de aula, assim como as FALAS que trazem cotidianamente. Em síntese, o acolhimento se dá através de relações dialógicas permeadas por afeto, respeito e conscientização para vida. Este

conceito de Acolhimento deve permear todos os tempos e espaços escolares como dito acima.

6. Qual a importância de a escola conhecer a história/trajetória de vida do aluno? De que forma esta informação qualifica o trabalho na escola como um todo?

É de suma importância, pois suas histórias de vida dão o norte para os planejamentos de sala de aula, assim como suas FALAS COTIDIANAS. Os trabalhos de sala de aula se tornam significativas quando trabalhamos a partir da realidade dos estudantes, isso é cerne para a escolha dos conteúdos e atividades que serão planejadas pelo coletivo de professores.